

Bíblia

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X - N.º 32 - 736

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Instalação da 1.ª sessão legislativa ordinária da 3.ª legislatura

tiva ordinária da 3.ª legislatura realizar-se-á às 14,30 horas do dia 15 do corrente mês, no edifício da Câmara dos Deputados.

Congresso Nacional, 9 de março de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado,
no exercício da Presidência

Comunico aos Senhores Congressistas que a sessão conjunta, solene, de instalação dos trabalhos do Congresso Nacional na 1.ª sessão legisla-

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

- 1 — Nereu Ramos — Presidente.
2 — Gomes de Oliveira — 1.º Secretário
3 — Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário
4 — Carlos Lindenbergs — 3.º Secretário
5 — Ezequias da Rocha — 4.º Secretário
6 — Maynard Gomes — 1.º Suplente
7 — Prisco dos Santos — 2.º Suplente
Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

Constituição e Justiça

- 1 — Cunha Mello — Presidente
2 — Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente
3 — Armando Câmara
4 — Attilio Vivacqua
5 — Benedito Vaidades
6 — Daniel Krieger
7 — Gilberto Marinho
8 — Jarbas Maranhão
9 — Kerginaldo Cavalcanti
10 — Lourival Fontes
11 — Ruy Palmeira
Secretário: João Alfredo Vasco de Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Economia

- 1 — Fernandes Fávora — Presidente
2 — Juracy Magalhães — Vice-Presidente

- 3 — Júlio Leite
4 — Sá Tinoco
5 — Lima Teixeira
6 — Tarciso Miranda
7 — Alô Guimarães
Secretário — Aroldo Moreira

Educação e Cultura

- Presidente — Senador Lourival Fontes.
Vice-Presidente — Senador Jarbas Maranhão.
— Senador Sylvio Curvo.
— Senador Apolônio Sales.
— Senador Bernardes Filho.
Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.
Secretário: Marilda Pinto Amando.

Serviço Público Civil

- Presidente: Prisco dos Santos.
Vice-Presidente: Kerginaldo Cavalcanti.
Vivaldo Lima
Ary Viana
Armando Câmara.
Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

REDAÇÃO

- 1 — Júlio Leite — Presidente.
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente
3 — Alô Guimarães.
4 — João Vilasbôas.
5 — Saulo Ramos.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — As terças-feiras, às 16 horas.

SAÚDE PÚBLICA

- 1 — Sylvio Curvo — Presidente.
2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente
3 — Guilherme Malaquias.
4 — Leonidas Melo.
5 — Pedro Ludovico.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — As sextas-feiras, às 15 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Noval Filho — Presidente
Filinto Müller — Vice-Presidente
Neves da Rocha
Colmara Bueno
Ary Viana
Secretário — Francisco Soares Arruda
Reuniões — às quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

- Alvaro Adolpho — Presidente
Cesar Vergueiro — Vice-Presidente
Alberto Pasqualini
Vitorino Fteire
Parisi Barroso
Mathias Olympio
Juracy Magalhães
Lino de Matos
Júlio Leite
Dinarte Mariz
Domingos Velasco
Othon Mader
Novais Filho
Paulo Fernandes
Filinto Müller
Reuniões — às quartas-feiras, às 10 horas.
Secretário ad hoc — Renato Chermont

Legislação Social

- Lima Teixeira — Presidente
Othon Mader — Vice-Presidente
Guilherme Malaquias.

João Arruda

- Lino de Matos
Ruy Carneiro
Sebastião Archer
Secretário "ad-hoc" — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões — Quintas-feiras, às 17 horas.

Rедакção

- 1 — Júlio Leite — Presidente
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente
3 — Alô Guimarães
4 — João Vilasbôas
5 — Saulo Ramos
Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Relações Exteriores

- Georgino Avelino — Presidente
Bernardes Filho — Vice-Presidente
Gilberto Marinho
Lourival Fontes
Ruy Palmeira
Auro Moura Andrade
Mathias Olympio
Secretário: J. B. Castejon Branco
Reunião — segundas-feiras.

Saúde Pública

- 1 — Sylvio Curvo — Presidente
2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente
3 — Guilherme Malaquias
4 — Leonidas Melo
5 — Pedro Ludovico
Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Segurança Nacional

- 1 — Onofre Gomes — Presidente
2 — Calado de Castro — Vice-Presidente
3 — Magalhães Barata
4 — Gilberto Marinho
5 — Abílio Curvo.
Secretário: João Alfredo Vasco de Andrade.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

1.ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 1955

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3.ª LEGISLATURA)

Sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente, presentes os Senhores Gomes de Oliveira, 1.º Secretário, Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário, e Maynard Gomes, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Carlos Lindenbergs, 3.º Secretário, e Maynard Gomes, 1.º Suplente.

Com a palavra o Sr. Gomes de Oliveira, declara que o Diretor da Contabilidade, por intermédio do Senhor Diretor Geral, deseja saber como agir, em face do que dispõe o Decreto Legislativo n.º 68, de 1954, que fixa o subsídio dos Senadores e Deputados.

A Comissão incumbe Sua Ex.ª de promover entendimentos com o Presidente da Câmara, a fim de encontrar solução harmônica entre as duas Casas do Legislativo, para maior prestígio desse Poder.

Passando-se à segunda parte da consulta da supra citada Diretoria sobre a situação dos funcionários integrantes da carreira de Oficial Legislativo, entende a Comissão só após as promoções será possível o enquadramento nos novos níveis de vencimentos.

Não existindo mais a Comissão de Promocões, pela renúncia dos funcionários que a compunham e o término do mandato do seu Presidente, a Comissão Diretora resolve seja feita imediatamente a eleição dos substitutos dos membros demissionários, nos termos do Regulamento da Secretaria. E para integrá-la, como Presidente na sessão legislativa iniciada a 1.º de fevereiro, é designado o Senhor Gomes de Oliveira, 1.º Secretário.

Sobre os Oficiais Legislativos que passam a Oficiais da Ata, a Comissão resolve, diante dos termos do artigo 49 da Resolução n.º 4-55, mandar apostilar os títulos dos referidos Oficiais, com os vencimentos correspondentes ao Nível 15, extinguindo-se aqueles cargos.

Considerando o caso do Oficial Legislativo e dos Redatores Revisores que passam a Assessor Legislativo, a Comissão entende a êsses devem ser expedidos novos títulos.

Examinada a situação dos Redatores de Anais, cargos isolados, que passam a denominar-se Redatores, a Comissão resolve sejam eles pagos na base dos novos níveis, determinando-se a apostilação do título de Redator de Anais interino, efetivado pela Resolução?

No tocante ao abono, é adotada a sugestão do Sr. Presidente de ser susposto o seu pagamento até que sobre o assunto se manifeste a Comissão do Serviço Público Civil.

O Sr. 1.º Secretário prossegue a leitura da consulta, já agora em relação aos descontos dos funcionários.

Havendo divergência entre os dispositivos constantes do Estatuto dos Funcionários, o Regulamento da Secretaria e a Resolução n.º 4, a Comissão resolve estudar mais detidamente a questão na próxima reunião.

Passa-se ao pagamento da convocação extraordinária ao Pessoal dos Correios e Telégrafos, que serve no Senado.

O Sr. Presidente entende, porém, deve ser-lhes paga a aludida gratifi-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Capital	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 99,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Capital	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 99,00
Ano	Cr\$ 76,00	Ano	Cr\$ 76,00
Ano	Cr\$ 108,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Exetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

cação, uma vez que assim dispõe a Resolução n.º 6-52, que se acha em vigor. Nesse sentido, pronuncia-se a Comissão.

Tendo em vista o adiantado da hora, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral, a presente ata.

2.ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 1955

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3.ª LEGISLATURA)

Sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente, presentes os Senhores Gomes de Oliveira, 1.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário, e Maynard Gomes, 1.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Carlos Lindenbergs, 3.º Secretário, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e aprovada, depois de modificações propostas pelo Sr. Presidente.

O Sr. 1.º Secretário prossegue a leitura da consulta, já agora em relação aos descontos dos funcionários.

Examinado o caso dos vencimentos dos cargos isolados nos novos níveis, a Comissão manda pagar na base da Resolução n.º 4, sem os abonos, os vencimentos dos funcionários ocupan-

tes desses cargos que independam das Resoluções n.º 6-52, que se acha em "instruções" a que se refere o artigo 57 da mesma Resolução.

Em relação aos Oficiais da Ata impressa e dactilografada, fica estabelecido o aproveitamento dos Oficiais Legislativos Ivan Ponte e Souza Palmeira e Mario Marques da Costa, de acordo com a indicação feita pelo Diretor da Ata.

Delibera a Comissão seja efetuado o pagamento de um mês de vencimentos, sem o abono, ao pessoal dos Correios e Telégrafos que serve no Senado, nos termos da Resolução número 6-52, que se acha em vigor.

Determina a Comissão que o Diretor da Contabilidade informe ao Senhor Presidente a importância da verba destinada às gratificações de representação aos funcionários que servem nos gabinetes, a fim de que se estabeleça o "quantum" que caberá aqueles.

Examinando os casos oriundos da Resolução n.º 4-55, decide a Comissão que o Diretor da Contabilidade lhe apresente uma exposição pormenorizada para o devido estudo do Senhor 1.º Secretário.

Tendo a mesma Resolução criado a Diretoria do Pessoal — sem, entretanto, haver se desobrigado da missão que lhe fôra cometida, informando ter encontrado, na Câmara dos Deputados, o mesmo pensamento, que orientou o Senado na interpretação do Decreto Legislativo n.º 68, de 1954. A vista dessa informação fica assentado o não pagamento de ajuda de custo na presente convocação extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Luiz Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral, a presente ata.

ATA DA 14.ª SESSÃO DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINARIA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 9 DE MARÇO DE 1955.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NEERU RAMOS, GOMES DE OLIVEIRA E FREITAS CAVALCANTI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Melo — Prisco dos Santos — Magalhães Barata — Arêa Leão — Mathias Olympio — Onofre Gomes — Kerginaldo Cavalcanti — Argeniro de Figueiredo — Apolônio Sales — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Eui Palmeira — Maynard Gomes — Lurival Fontes — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Carlos Lindenbergs — Art Viana — São Tinoco — Caído de Castro — Gilberto Marinho — Lucio Bittencourt — Cesar Vergueiro — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Sílvio Curvo — João Vilasbôas — Filinto Müller — Othon Müller — Gomes de Oliveira — Neren Ramos — Alberto Pasqualini (23).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 33 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O Sr. Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Secretário lê o seguinte Expediente:

Mensagem n.º 91-55, do Sr. Presidente da República, devolvendo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n.º 48-54, já sancionado.

Ofício do Sr. Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, comunicando que o Sr. Presidente da República resolveu aprovar as matrículas que o Sr. Presidente do Senado indicou para o Curso Superior de Guerra, dos Srs. Senadores Juracy Magalhães e Jerônimo da Cunha Bueno.

COMPARCEM MAIS OS SRS SENADORES

Vitaldo Lima — Victorino Freire — Fernandes Távora — Georgino Avelino — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Júlio Leite — Paulo Fernandes — Tarciso Miranda — Guilherme Malaguas — Benedito Valadares — Saúlo Ramos — Daniel Krieger (13).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES

Alvaro Adolpho — Sebastião Barbosa — João Arruda — Novaischer — Leônidas Melo — Parsílio Filho — Jarbas Maranhão — Neves da Rocha — Atílio Vivacqua — Bernardo Filho — Lino de Matos — Paulo Abreu — Pedro Lucovico — Alô Guimarães — Moisés Lupion — Armando Câmara (16).

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, primeiro orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, reservava-me para acuar esta tribuna nos idos deste mês; entretanto, circunstâncias excepcionais no mundo político e administrativo impuseram-se o dever de, quanto antes, comentar fato de maior relevância, que vem repercutindo na opinião pública — a demissão do General Pantaleão Pessoa da função de Presidente da COFAP;

mas para fazê-lo talvez fosse necessário, imprescindível mesmo, dar à esta oração um pouco daquele sainete espiritual, daquela graça e leveza de estilo que caracterizou, sobretudo, o discurso referido, nesta Casa, pelo representante de Sergipe, o nobre Senador Lourival Fontes, que, por alguns momentos, nos deliciou com uma prosa amena e, sobretudo com uma literatura política das mais agradáveis.

Dai por que, Sr. Presidente, segundo-lhe na trilha, também queria entrar pelo terreno das evocações, terreno esse que tanto propicia aos homens oportunidades felizes, agradáveis, que refrigeram não só o temperamento como proporcionam ao espírito debruçar-se sobre os acontecimentos com aquela lenitide indispensável ao julgamento seguro.

Sr. Presidente, as lendas, os repertórios do passado, que tantos admiráveis nos trazem, contam-nos que um monarca oriental, Harun Al Ráshid, costumava, vez por outra, com seu Grão Vizir Giafar, percorrer as ruas de Bagdá, para ouvir o que o povo dizia de seu governo, a fim de escutar-lhe as reclamações, e assim poder, em tempo hábil, readjustar situações, atender a exigências razoáveis, enfim, contribuir para o bem estar do povo.

Se o Sr. Presidente da República, o eminentíssimo Sr. Café Filho, hoje tão apartado do povo, quisesse retornar ao seu seio, esse exemplo oriental de muito lhe serviria certamente. Se S. Ex.^a desse o braço ao seu Ministro da Fazenda e saíssem desfilar, pelas ruas desta cidade, nas noites encimadas, estou certo, Sr. Presidente, de que emendaria a mão e sua orientação no Governo se tornaria bem outra de modo a satisfazer às exigências da opinião pública; e não seria tão difícil assim.

Imaginemos o Sr. Café Filho, nosso eminentíssimo Presidente da República, desfilar como se fora um jovem estúrdio de Largo da Lapa; imaginemos o nosso Ministro da Fazenda como uma espécie de seu primeiro Ministro — porque, esse posto, realmente, no momento, tem significação excepcional como um desses valentíndarios que, de certo modo, se vermitem o desastre excepcional de lancar os olhos, ainda enfraquecidos, pelas janelas da vida.

Quantas lições não teria aprendido o Sr. Presidente da República: quantas lições não teriam servido para que S. Ex.^a, mais seguramente orientado, melhor conhecedor dos sofrimentos do povo, em boa hora, atendesse aos reclamos da opinião pública e viesse satisfazer, assim aqueles que tanto esperavam de seu governo — o bem geral e a felicidade do povo brasileiro.

Mais fados, porém, têm sido segui-los. S. Ex.^a que foi sempre o homem do povo, do seio do povo, com ele e por ele vivendo, se afasta e se torna, o mal naquela canção popular, um malinco diferente; e é dessa diferença que quero lastimar-me.

Minha lástima, Sr. Presidente, não é mais do que a voz de todo este país, a voz intelectual do Brasil. A inquietação é geral, até mesmo naqueles que prestam apoio imediato ao Sr. Presidente da República, já se nota a gama desafinada de uma inquietação que todo dia aumenta, torna-se gradativamente maior, e vai assim, contribuindo para incertezas, dentro das quais, desgraçadamente, nos encontramos.

Um dos mais nocivos fatores, que muito tem contribuído para a desgraça deste País, tem sido a ação do Ministro da Fazenda de S. Ex.^a, Senhor Eugênio Gudin. Declarei nesta Casa, logo no início do governo do Sr. Café Filho — e quem tiver memória boa recordará — que o Senhor Eugênio Gudin iria ser uma calamidade pública, uma calamidade racial, contribuindo para paralisar nosso desenvolvimento, sem medida das

nossas possibilidades, incapaz de mensurar objetivamente os problemas da realidade brasileira.

Os fatos, infelizmente, desgraçadamente para mim, vêm corroborando aquelas palavras que então pronunciava no proemio de sua vida funcional, nos prolegômenos de sua existência na Pista da Fazenda. Juro, assim, dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e ao Senado que o que está acontecendo para mim não foi novidade; para mim, o que ocorre, neste instante de tanta apreensão, é apenas a sequência de fatos anteriores, efeito que se prende a uma causa; e esta causa são os erros de inicio do Sr. Ministro da Fazenda, que tanto contribuem não só para nosso descredito interno, como também — e sobretudo — para nosso descredito exterior.

Sr. Presidente, sou, reconhecida e provadamente, um homem sentimental. É este, talvez, o meu maior defeito.

Quando o General Pantaleão Pessoa, através de diversas Portarias e de alguns Atos procurou resolver problemas econômicos da maior atualidade, confessou ao Senado que, algumas vezes, senti íntima discordância desse horário militar.

Entretanto, minha memória fazia-me transpôr os anos; a montanha do tempo, eu a galgava, para reverter a épocas passadas quando, em Fortaleza, Ceará, conheci o Capitão Pantaleão Pessoa. Meu pai era, a esse tempo, oficial do Exército, embora Comandante da Polícia do Ceará. E sempre ouvi, do meu genitor, as referências mais lisongeiras à dignidade e — vã lá a palavra — à austeridade desse eminentíssimo militar.

O Sr. Domingos Velasco — A palavra austeridade está um pouco desmoralizada.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Foi por isso que fiz essa espécie de parênteses.

Sr. Presidente, quando apliquei a palavra "austeridade", eu a coloquei dentro do espírito da integral justiça e da significação que todos lhe costumamos dar, desde que nos veio o conhecimento do nosso idioma.

Ora, um militar que dentro do meu espírito se firmava numa conceituação dessa espécie, não poderia compreender que, porventura, estivesse a serviço de outros interesses que não fossem os mais legítimos do País, de acordo com a sua consciência. Daí porque, apesar de ser um combatente, jamais, em tempo algum, fiz aqui qualquer restrição ou referência à pessoa do General Pantaleão Pessoa.

Isto, porém, não quis — e nem poderia — significar uma conformidade com os seus atos, porque sou, confessadamente, partidário de uma atividade progressiva e constante do Poder Público nas atividades econômicas.

Tenho sempre sustentado que ao Estado cabe o papel, aliás preponderante, de intervir no meio econômico, para assegurar o equilíbrio indispensável entre a oferta e a procura, contrabalançando os efeitos perniciosos da ganância.

Mostrei, então, fundado em precedentes históricos da maior validade, seja na História da América Espanhola, seja na do Brasil, que é a América Portuguesa, que o fato era incontroverso, não sendo, como se supõe, novidadeiro, tal qual se apresenta no cenário do País, nesta ocasião. Isto, porém, não significa, nem nunca pode significar, a não ser que a má fé pretenda traduzir as minhas palavras, que eu combatai a iniciativa privada, que eu seja inimigo do elan particular; muito ao contrário, penso que certas atividades devem ser estimuladas, até mesmo pelo Poder Público, junto aos nossos homens do comércio e da indústria, mesmo porque eles têm em si conhecimento fundamental das nossas necessidades e um sentido patriótico profundo das mesmas, capazes portanto, de, bem orientados, tra-

zer para a coletividade um bem que só uma palavra francesa exprimiria com fidelidade — soulagement — que se refletiria no bem estar do País.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.^a, meu grande amigo e contendor, sempre me honra com seus apartes.

O Sr. Othon Mader — Notei, nas palavras de V. Ex.^a certa incoerência. Ao mesmo tempo que louva e diz que a iniciativa particular deve ser estimulada pelo Estado, afirma que o Estado deve intervir, cada vez mais na iniciativa privada. Assim, verifica-se que as tendências socialistas predominam no pensamento de V. Ex.^a, que é, sem dúvida, um grande socialista, ou, pelo menos democrata com tendência a socialista.

O Sr. Domingos Velasco — Permite-me o nobre orador responder ao ilustre Senador Othon Mader.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Domingos Velasco — Como sempre, o ilustre representante do Paraná interfere na defesa da iniciativa privada. Faz, entretanto, confusão. Os socialistas não são partidários da estatização da economia. Peço contrário. Toda a doutrina socialista briga, luta, contra a estatização da economia. Não queremos confundir o regime soviético comunista com o que os socialistas pregam, há mais de século. Não pretendemos, em absoluto, a estatização da economia.

O Sr. Othon Mader — Há evidente incoerência.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, enquanto o nobre Senador Othon Mader vê, nas minhas palavras, uma incoerência, o eminentíssimo Senador Domingos Velasco encontra, nos argumentos de S. Ex.^a, outra incoerência.

Napoleão já nos advertia que a coisa mais difícil que existe no Estado é conciliar os ideólogos. Daí, o aspecto de que se reveste a discussão, sob certo ângulo, que poderia situá-la dentro de problema, de tema ideológico. A razão, então, seria difícil de se encontrar e não se compaginaria na órbita estreita desta minha oração.

Mas, não há, como supõe o eminentíssimo contraditor — ilustre e preclaro Senador Othon Mader...

O Sr. Othon Mader — Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — ... incoerência nas minhas palavras.

Sr. Presidente, declaro que sou partidário de uma — vamos dizer mesmo — progressiva socialização.

Poderia, aliás, ir um pouco mais além do que S. Ex.^a.

O Sr. Domingos Velasco — No que vai por bom caminho.

O Sr. Othon Mader — Se é progressiva, é socialização que avança sempre.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Será possível que queiramos regredir sempre?

O Sr. Othon Mader — Note que V. Ex.^a avança para o socialismo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O nobre colega, digo-o francamente, traduziu com perfeição meu pensamento. Confesso que avanço para o socialismo.

O Sr. Othon Mader — Está então definida a posição de V. Ex.^a.

O Sr. Domingos Velasco — O mundo inteiro caminha para o socialismo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sinto que é essa a atmosfera geral, o sentimento da humanidade.

Que se entende por socialismo?

Se o nobre Senador Othon Mader me demonstrasse que o socialismo é, justamente, não o avanço do homem ou da civilização, que é processo de retrocessão; que não se compenda dentro das necessidades históricas da humanidade; que não é ciclo de evolu-

ção social dentro do qual todos os povos, tais as nações atualmente — mesmo as mais novas, que se nos afiguram capitalistas — — confessaria meu erro. Daria a mão à túnica e ainda agradeceria ao nobre colega e sua ponderações.

O Sr. Othon Mader — Permite V. Ex.^a ainda um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sempre fui muito gesto em conceder-lhe.

O Sr. Othon Mader — Não discutamos as vantagens e desvantagens do socialismo, pois o momento não é oportuno.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Justamente para este ponto invoco a atenção do nobre colega.

O Sr. Othon Mader — Neste caso, porém, devo declarar que minha intervenção valeu para definir V. Ex.^a nessa questão.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado. É definitivo que muito me honra e agradeço, imensamente, a V. Ex.^a. Pensei que essa revelação já fosse um retrato velho da minha pessoa e vejo que é retrato de "broto".

O Sr. Othon Mader — Com palavras tão decisivas e tão claras V. Ex.^a jamais se definiu neste plenário.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, quando digo que, sob certos aspectos, é ate mesmo função do Estado fomentar e estimular a iniciativa privada, bem se vê que me coloco dentro dos pontos de vista que sempre nós nortearam no Senado Federal e dos quais contrariamente se fez arauto, através das explicações, as mais exaustivas, o nobre Senador Domingos Velasco. Quando declararmos que não somos contra o capital estrangeiro; quando dizemos que o capital estrangeiro será benemerito, toda vez que vier a nossa Pátria para produzir, com isto não nos confessamos inimigos de quem quer que seja, nem inimigos desse mesmo capital. Pelo contrário, quem tiver olhos para ver, ouvidos para ouvir e inteligência para compreender há de nos dar razão, porque o que queremos é que nos venha capital que não nos descapitalize mas que produza, um capital que justamente seja de fomento; um capital que seja riqueza e não capital de fachada, um capital nominal, um capital de mentira, de exploração, capital que quer fundamentalmente sigamos para a perpetuidade de povos subdesenvolvidos, explorados pela ganância dos trusts.

O Sr. Othon Mader — Estou de pleno acordo com V. Ex.^a.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pelo menos desta vez estou abraçado com V. Ex.^a fraternalmente.

O Sr. Fernandes Távora — Permita V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Se me não engano, V. Ex.^a deve ter se manifestado, mais de uma vez, nesta Casa, contra a intervenção do capital estrangeiro na pesquisa do petróleo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — E onde sou irredutível.

O Sr. Fernandes Távora — Por conseguinte, se V. Ex.^a está sempre desejoso, ou pelo menos aquiesce sempre à intervenção do capital estrangeiro, desde que venha beneficiar o país, não vejo motivo por que se oponha à intrusão do capital estrangeiro para beneficiar o país na exploração do petróleo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, o nobre Senador Fernandes Távora, que, aliás para infelicidade nossa, não se encontrava nesta Casa por ocasião dos debates sobre o projeto da Petrobrás, honra-me com seu aparte, dizendo que me manifestando eu pelo capital estrangeiro, quando este seja realmente produtivo, é singular todaya.

que, no que se refere à aplicação desse mesmo capital na nossa vida patologica, encontro, de minha parte, opinião sistêmica. Parece-me que ou menos esta a ponderação de V. Ex.^a

O Sr. Fernandes Távora — Poderia V. Ex.^a dar a razão por que faz essa diferença, na aplicação do capital estrangeiro quando se trata do petróleo?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Chegaria — se V. Ex.^a não me tivesse honrado com seu aparte — até lá, porque sempre fiz neste recinto, uma distinção: sempre declarei nos meus discursos — e apelo para o nobre Senador Othon Mader, que possui excelente memória — que no que se referia ao petróleo, e sómente ao petróleo, eu era e sou de uma intransigência implacável, absoluta, fervorosa e fanática.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a pode-me dizer por que tôda essa ferocidade?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Direi a V. Ex.^a quais as razões, que, alias, já formulei, apresentei e externei neste recinto por mais de uma vez. A questão petrolífera, nobre Senador, é sobretudo de alta significação política e econômica. Não é possível dissociar, em matéria de petróleo e derivados, o problema econômico do político. O petróleo representa, no terreno político a soberania nacional; no terreno econômico, a independência de nossa gente e sua grandeza futura. O petróleo é reservado nacional que nós não queremos distribuir senão com o povo brasileiro, não daremos a outros povos senão a ação reflexa dessa distribuição, por sentimento de humildade, que é, justamente, o traço mais característico e inviolável da raça latina.

O Sr. Fernandes Távora — Tragédia para o Brasil será não lhe explorarmos o petróleo conveniente e oportunamente, esta, a nossa, grande tragédia.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Nobre colega, à meu ver, a grande tragédia do Brasil, nós já a estamos vivendo neste instante, e a da incompetência, a da irresponsabilidade, quando se permite que um Ministro da Fazenda conduza o País per um caminho em que as indústrias não se podem desenvolver, não há fomento para a agricultura e existe miséria em todos os lados como consequência da situação política. Há remédio, mas ninguém o quer empregar.

O Sr. Fernandes Távora — Infelizmente, esta situação já vem de longe, de todos os homens que têm governado a nossa Pátria.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Estarei porventura, Senhor Presidente, a defender os que já nos governaram? Estarei, nesta tribuna, a declarar que eles foram verdadeiros bugarís cheirosos de governação? Terrei proclamado para quem quer que seja que os governos que antecederam o atual foram verdadeiras maravilhas? — Da "maravilhoso", Sr. Presidente, somente, alçado pelas platéias internacionais, o Presidente Café Filho.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.^a sempre me honra com seus apartes, que ouço com muita simpatia.

O Sr. Othon Mader — Noto, nas palavras de V. Ex.^a — permita que o diga — cutra incoerência. O ilustre colega acha que o petróleo brasileiro deve pertencer somente a nós; entretanto, o Brasil vai explorar o petróleo da Bolívia, que é dos bolivianos. Como explica V. Ex.^a essa dualidade de orientação?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A pergunta não é nova; V. Ex.^a já a formulou por mais de uma vez nesta Casa.

Meu nobre colega, sou, antes de tudo, nacionalista. Reconheço ao povo boliviano, o direito de, quando quiser, rescindir o contrato com o nosso País, e entendo que o Governo brasileiro não deve criar o menor obstáculo a que os bolivianos se reintegrem totalmente na sua independência econômica. Este é meu ponto de vista. Não quero, para mim, em matéria de doutrina e de pensamento, aquilo que não desejo para os outros.

Salve o Senado sempre defendi a justiça social; desta tribuna tenho erguido a voz, para que seja o reflexo dos meus sentimentos.

Sou contra a guerra, sou contra a bomba atómica, sou pela paz entre os homens, essa paz pregada por aquele que foi o antecessor de todos os homens generosos e o inspirador das civilizações — o Cristo. Em todas as oportunidades, tenho defendido os interesses do meu país contra os arremessos das nações capitalistas ou imperialistas.

Quando se falcou, nesta Casa, em mandar brasileiros para a Coréia, qual foi Sr. Presidente, se não a mim, a primeira voz a enfrentar o nobre Senador Assis Chateaubriand, declarando-lhe que meus filhos não iriam para essa grande maldita, só se fossem obrigados a ponta de baioneta.

Srs. Senadores, nunca, jamais, em tempo algum fui de defender as minhas convicções, de prolatar o meu pensamento, de glorificar as grandes conquistas do sentimento humano, que bem calaram no meu espírito, pleiteando, exortando, suplicando, rogado, obsecrando, aos homens que se entendam para o bem estar da Humanidade.

Dai porque, nacionalista que sou, também desejo ao povo boliviano que viva das suas riquezas naturais, que elas não sejam desviadas para nenhum país, nem mesmo para o meu, a não ser compradas pelo seu justo preço, a não ser permutedas por mercadorias correspondentes, para que a fortuna de um povo não venha a ser a desgraça de outro.

Sr. Presidente, no dia em que eu puser a minha palavra a serviço de sentimentos mesquinhos. Nesse dia abandonarei a tribuna por me sentir indigno dela! Peço os nobres colegas ficar certos de que as minhas palavras, eu as sinto; elas revelam aquilo que sempre fui na minha modestia, um lutador no bom combate, nessa peleja incessante, na qual adormecerei um dia, mas com a satisfação de ter cumprido o dever diante de meus concidadãos.

Sr. Presidente, os nossos erros, realmente, têm sido muitos; grandes são os que já trazemos de um passado remoto, acumulados na nossa vida. A nossa organização social e econômica, bem esmerilhada na sua tessitura, talvez revele defeitos de formação ingênita, que só o tempo, pelo desgaste das coisas, conseguirá plasticizar, colocar, ajustar e reajustar dentro dos moldes indispensáveis à constituição de uma nacionalidade.

Há mesmo, quem veja, no amálgama das raças, uma falha da nossa evolução étnica; entretanto, bem esmerilhados os fatos, se quisermos, no laboratório das nossas convicções, transfundindo as raças, chegar a uma síntese de pensamento, concluirmos, afinal, que, ainda assim, surgirão de tudo isso para o Brasil vantagens excepcionais, porque constituiremos uma unidade caldeada pelo tempo, de formação rija, que assegurará a facies da nacionalidade, isto é as características do povo brasileiro.

Sr. Presidente, viajei pela Europa, saturado de alguns conceitos hauridos através dos amigos mais lisonjeadores, d. que voltaria, como nacionalista modificado. Mas — coisa singular do meu destino, que não sei se devo lamentar — voltei mais nacionalista, mais convencido de que o Brasil será o grande país do futuro.

Srs. Senadores: o manarquista Conde Afonso Celso escreveu o livro *"Porque me Ujano do meu País"*.

Quando menino, essa obra, em boa encarnação, com listas verdes e amarelas, vez por outra me era colocado nas mãos por minha saudosa mãe, para que eu lese um dos seus capítulos patrióticos..

Hoje em dia, é de singular usançă, quando se quer desfestejar, destratar um brasileiro, amante de sua Pátria, dedicado ao seu País, chamá-lo de "ufanista". Quando se quer afetar as características do bom cidadão, devotado à pátria, costuma-se dizer: — Esse homem é de "O petróleo é nosso".

Pois bem, Sr. Presidente; eu sou, de fato, ufanista; sou daquele tipo de ufanista que confia no seu país e na sua gente, que ama profundamente o Brasil, que não viu, não ve e não quer ver nada melhor que a sua terra. Sou, também, daqueles que se enfileiram, decididamente, ao lado dos que proclamam que o petróleo do sub-solo brasileiro é *nossa*.

Sabe o Senado por que assim penso? — Porque verifiquei, na história das nações, no desenvolvimento da indústria petrolífera, que os povos que dispõem do petróleo, aqueles que o refinam e distribuem, são os que governam, mandam, imperam, enfim, os que impõem, na face do planeta, e o Brasil não nasceu para outro destino, senão o de mandar e comandar.

Sr. Presidente, os apartes com que me honram meus eminentes pares têm veram o sortilégio — aliás agradabilíssimo — de desviar-me dos fundamentos desta oração. Tão amáveis, porém, são os meus dignos opositores, e a sua eloqüência parlamentar tão sugestiva, que não posso fugir à necessidade de entrar nesse intercâmbio espiritual com tão ilustres figuras do Parlamento.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Perguntaria se me dá notícia de algum país explorador do petróleo — direi mesmo, monopolizador do petróleo — que tenha começado sua fortuna e seu domínio nesse terreno sem recorrer ao auxílio do capital estrangeiro.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, como disse de inicio, não era meu propósito discutir a questão do petróleo. Vim à tribuna para falar sobre a demissão do General Pantaleão Pessoa da presidência da COFAP. Vejo, agora, que o caso se acha bem distante do meu objetivo imediato, como se eu estivera no Brasil o seu protagonista na Himalaia.

O Sr. Fernando Távora — Se Vos sa Exceléncia dispõe de pouco tempo, dispenso a explicação.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Em todo caso, pediria ao ilustre aparteante a longamidade de permitir que me reserve para outra oportunidade, deixando-me retornar ao leito macio onde me enfrontara, para discutir a demissão do General Pantaleão Pessoa.

O Sr. Fernando Távora — Pois não.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Desde já, entretanto, aprazo-me com o meu emblemático amigo para oportunamente, não lhe dar resposta que convença — porque isto é excessivamente difícil — mas para tagarelar um pouco neste recinto, expondo os meus princípios e as minhas idéias nacionalistas em derredor do monopólio estatal, o único que defende decididamente em meu País.

Sr. Presidente, como disse de inicio, se o meu prezado amigo e velho correligionário Sr. Café Filho quisesse retornar um pouco ao seio do povo de onde saiu — e S. Ex.^a se fêz, como eu, no braço de estivadores, bodegueiros, pescadores, biscoiteiros, enfim, dessa gente humilde que hoje não é

"café-society" — mas continua amiga; se S. Ex.^a quisesse continuar em contacto com essa gente, como eu ainda continuo, estou certo que muito teria que aprender ouvindo que se diz nesta velha Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. E — interessante — aquilo que se parla aqui é o que se proclama através de todo o País.

O que se diz, para desgraça minha, para meu infarto — por que, afinal de contas, pertenço ao mesmo partido de S. Ex.^a, meu velho companheiro de 30 anos — e que S. Ex.^a continua na espiral inflacionária e, sobretudo, naquela espiral inflacionária que vai ter na espinha dorsal do povo, que é o crescimento constante do preço das utilidades mais elementares e indispensáveis à vida.

Quem quiser que faça cotejo dos preços do feijão, do arroz, do tomate, enfim, de tudo, desde o dia em que o Sr. Café Filho tomou conta da Presidência da República, com os atuais.

S. Ex.^a assomou aquela alto ôstio debaixo dos melhores augúrios, dos vaticínios mais salutares, das esperanças mais legítimas, entretanto, o que verificamos, para desgraça de todos nós, é que a cada semana os preços crescem, aumentam, se desdobram, se alteiam, se agigantam, se tornam astronômicos, chega até a não ter definição!

O Sr. Othon Mader — Permite Vos sa Exceléncia um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-

TI — Muito me honra o nobre colega. O Sr. Othon Mader — Penso que, neste caso, o que temos a examinar é se o encarecimento da vida é devido a atos praticados pelo Presidente da República, Sr. Café Filho, ou se é consequência de atos anteriores ao seu governo, verdadeiras bombas de retardamento, que só agora vêm causar efeito.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-

TI — Reconheço que o nobre líder de meu emblemático amigo Sr. Café Filho, pelo menos líder moral, o nobre Senador Othon Mader, colocou a questão dentro daquela espécie de rotação, através da qual jamais nos encontraremos, nem no começo nem no fim.

O fato é que, se o atual Governo recebeu, com efeito, uma situação gravosa, a Nação quer saber, entretanto, quais as medidas que S. Ex.^a tomou para obviá-la; os remédios com que tentou atenuar os efeitos dessa peçonha. E' o que o País deseja saber. Desconheço qualquer medida tomada nesse sentido. Registro, apenas, que há sete meses mais se agravaram os sofrimentos do povo e nada existe que indique ao menos he longe que a situação tenha parado.

O fato mais recente é o da gasolina.

Sr. Presidente, parece haver grande silêncio nesta Casa! Falei, entretanto, sobre um explosivo. Tenho a impressão de que, até sob certos aspectos, é um tanto abrasivo a gasolina.

Será que todo o País está sentindo in anima vili os efeitos da gasolina? Está sentindo os efeitos incendiários do querosene? Será, Sr. Presidente, que tudo isso é de tal rescaldo que já nesse sentimento como que asfixiados em face das providências do governo?

elevação de preços. Então, o Sr. Ministro que quer o aumento da gasolina e diz ao povo brasileiro que a medida quase não terá reflexo sobre a elevação de preços. Então, o Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Eugênio Gudin, supõe que o Brasil é uma nação de bêbados? É aquela bêbida constitucionalizada da que falava há cerca de 50 anos o grande Ruy Barbosa?

Terá o Sr. Eugênio Gudin a impressão de que o povo brasileiro é um povo desvirilizado, emasculado, dessensibilizado?

Será que faz tão pouco caso da in-

Sr. Presidente, é demais, realmente, que argue, dessa forma, com a sua dialetica dentro das premissas que oferece à Nação estarrecida?!!

Sr. Presidente, é demais, realmente, mas muito mais do que isso, é demais que continue esse Ministro.

Adverti e ponderrei a S. Ex.^a, logo no inicio de sua gestão, qu não continuasse na pasta. Para a indústria de São Paulo, naquele instante, representou ameaça das mais graves pois a diretriz que se traçou era justamente abrir os flancos da Nação aos golpes traíçoeiros. Deu margem até a que se desconfiasse da sua honorabilidade o que não é permitido a Ministro do Governo acusado que foi, por alguns órgãos de publicidade, de se encontrar a serviço de interesses excusos internacionais.

Não formulo tal acusação que é das mais graves; mas, se S. Ex.^a, pelos seus atos, vem merecendo "reproche" constante, alguma coisa ficará na opinião pública e não poderá, de forma alguma, ser saldo favorável ao atual governo.

Sou, Sr. Presidente, de um Estado do Nordeste e vejo aqui diversos representantes de Estados convizinhos em situação idêntica. Dizer, como disse o nosso Ministro da Fazenda, que os transportes rodoviários, no país, se fazem com óleo Diesse, merece bem que o nobre Senador Lício Bittencourt, com a eloquência e expressividade que lhe constituem característico, dissesse que o Ministro da Fazenda prestou informação inexata, ofereceu uma nota à Nação refalseada, inverdadeira, portanto, desleal.

Ao meu Rio Grande do Norte, ao meu pequeno Estado, hoje tão desgraçadamente abandonado, não chegarão tão cedos os cabos da hidroelétrica de Paulo Afonso; ele, que ainda nada viu de positivo, real e necessário ao seu desenvolvimento, de certo tempo para cá, precisa, para os caminhões que lá trafegam da gasolina. Raros, raríssimos são os que se utilizam de óleo diesel.

O Sr. Lício Bittencourt — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. Lício Bittencourt — Invocai, nas minhas declarações, dados estatísticos colhidos nos meios oficiais, no IBGE e em informações concretas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a. A isto ia me referindo! Devo dizer ao Senado que sou um temperamento político mais do que econômico...

O Sr. Lício Bittencourt — V. Ex.^a é conhecedor profundo de todos os assuntos e quando os debate o faz com acerto e proficiência.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, dizer à Nação, dizer ao povo, que o impacto decorrente do aumento do preço da gasolina, não terá maior expressão é querer zombar de todos nós. Diz-se que, ao se discutir o caso, como o General Pantaleão objetivasse defender os interesses do povo brasileiro, lhe obtiveram que suas palavras eram ócas. E' de lamentar, apenas, que o ilustre e honrado General Pantaleão, não houvesse revidado logo dizendo que loucas eram as palavras que se lhe opõem.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Não há dúvida. Creio mesmo que nenhum de nós descrê das dificuldades que advirão do aumento do preço da gasolina, sobretudo, no que diz respeito ao transporte rodoviário. Mas, pergunto a V. Ex.^a: não seria, talvez, o único meio encontrado pelo Senhor Ministro da Fazenda para diminuir, atenuar, a falta de divisas que, positivamente, nos está matando e que acarretará, dentro de meses — não

chegará a um ano — a paralisação total do tráfego rodoviário no Brasil? Será verdadeiro descatastro.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, em certa fase da história da França — não sei se nos fins do século XVIII — ocorreu esse das mais graves nas finanças francesas.

Recorreu o Rei, aquele tempo, a um banqueiro dos mais hábeis que sugeriu medidas então promissoras e que trouxeram, com efeito, grande alívio à situação financeira.

O nosso Ministro da Fazenda, porém, é ao revés do encontrado pelo Rei. É homem de idéias fixas, mas fixamente antiquadas. Homem que, em vez de olhar para a frente, para ver o povo, olha para dentro para ver a si mesmo.

O Sr. Fernandes Távora — Permite-me V. Ex.^a lembrar que não estou defendendo o Sr. Ministro da Fazenda, nem ninguém. Apenas formulei pergunta que desejaria o nobre colega respondesse.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, diz-se não ser possível resolver problema dessa natureza sem o fomento à produção, entretanto, desde o inicio de sua gestão vem o Ministro da Fazenda conspirando contra ela, negando-lhe toda e qualquer facilidade cambial soz a alegação de que há necessidade de aumentar divisas no exterior. No entanto, desde que S. Ex.^a assumiu a pasta da Fazenda, demonstra o propósito, que todos nós sentimos, de estancar as fontes de divisas nacionais.

Não há quem ignore, neste recinto, as famigeradas declarações prestadas à Imprensa desta metrópole, pelo Senhor Eugênio Gudin e que foram incontinentemente retransmitidas pelos interessados para New York, determinando, desde então a crise do café. Esta que, de fato, era latente, se acentuou aceleradamente impulsionada pela exploração desmascarada e que nos trouxe até esta situação.

Sr. Presidente, se pretendemos examinar a situação por processo de crítica histórica; se quisermos dentro do fenomenismo encontrar as razões, as causas determinantes do que ora ocorre no país, a tessitura se apresenta de tal forma que não sei como equacionar os dados de problema tão complexo. Veja bem V. Ex.^a: se por um reflexo, por uma curva, por uma parábola de imaginação, transportássemos nosso pensamento até a campanha surda, constante, pertinaz e diabólica contra a Petrobras, quem acompanha a história dos trusts internacionais, quem sabe a história torva e trágica do petróleo, quem sabe o que o produto tem sido para todos os povos do planeta, sobretudo para os povos desgraçados que no subsolo conservam essa riqueza, não ignora — nem o pode, porque seria falsa fé — os expedientes mais inconfessáveis de que têm lançado mão as Nações exploradoras e colonialistas, para trazer sob a sua imposição e sob o seu domínio, não só os governos como suas riquezas.

O Brasil, porém, rebelou-se. O nobre Senador Domingos Velasco, em discurso memorável pronunciado neste recinto, referiu que o Sr. Euvaldo Lodi declarar, ao voltar — se me não engano — dos Estados Unidos da América do Norte, que era preciso manter o trust petrolífero. Dispôs de cinco milhões de dólares para fazer a publicidade de seus propósitos e levar a tese do monopólio estatal em nosso país à sua ruína.

Não é verdade?

O Sr. Domingos Velasco — Perfeitamente.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Mas, o brasileiro ficou rijo, inacessível, granítico; o brasileiro nacionalista, na vanguarda, pelo deserto, enfrentou corajosamente, na defesa dos interesses da nação, a pro-

teoria estrangeira, que recebeu seu último tiro de graça com o sangue do grande nacionalista, que foi Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Pondero ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término do prazo de que dispõe.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente solicito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre colega, Senador Kerginaldo Cavalcanti possa concluir seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Domingos Velasco.

Os Srs. Senadores que o aprovaram, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Sr. Presidente, agradeço a bondade do nobre Senador Domingos Velasco e bem assim aos meus eminentes e distintos pares a generosidade em conceder-me a prorrogação da hora do expediente.

Sr. Presidente, sentindo, como scrifico na Pérsia: teve sua produção paralisada. Tendo o povo do Irã resolvido criar uma legislação nacionalista para se defender contra os trustes, para converter a riqueza do petróleo em benefício do seu país, os ingleses, mancomunados com os capitalistas norte-americanos, criminosos sem entrinhas todos eles, paralisaram ostensivamente a refinaria de Abadão, impediram os navios petroleiros de conduzir o produto do Irã para qualquer outra nação, reduzindo assim o povo iraniano à miséria e à fame e, finalmente, fomentando uma revolução, que V. Exa., sabe, como eu e todos nós.

O Sr. Othon Mader — Foi a obra nefasta de Mossadegh.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Foi obra do capitalismo.

O Sr. Othon Mader — Foi a traição de Mossadegh.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — É um exemplo. Que o deixasse ao menos em paz, o grande patriota.

O Sr. Fernandes Távora — Quem que fazer o que não pode, acontece como o Irã. A Inglaterra e os Estados Unidos abandonaram o Irã, deixando-o entregue à própria sorte. Ele, entretanto, acabou recuando, porque não podia fazer coisa alguma.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Se deixassem o Irã em paz, abroquelado por uma decisão do mais alto Tribunal internacional, o de Haia, teria resolvido o problema econômico de sua gente, convertendo o petróleo em felicidade.

O Sr. Fernandes Távora — Foi exatamente o que o Irã não quis: submeter-se ao Tribunal Internacional, pois teria perdido.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, desejo que o petróleo se transforme no bem estar do povo brasileiro; quero que seja uma riqueza distribuída entre todos.

O Sr. Othon Mader — V. Exa. tem no Irã justamente o exemplo contrário à sua tese.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Como?

O Sr. Othon Mader — O Irã é um país pobre e pequeno. Apesar disso, resolveu nacionalizar sua produção pe-

trófica e concretizou seu objetivo. Faz o que pretendia, apesar de não possuir capital, nem esquadra, nem exército. A afirmação de que os países imperialistas são capazes de invadir qualquer nação pobre e obrigá-la a conservar suas concessões é completamente desmentida pelo exemplo do Irã.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. não precisava ir tão longe. A Bolívia, há pouco tempo, nacionalizou a exploração do seu petróleo...

O Sr. Othon Mader — E nada lhe aconteceu.

O Sr. Fernandes Távora — ... e nada está fazendo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr Presidente, realmente não me propunha discutir a questão do petróleo mas, com efeito, sou velho apaixonado dessa moça e verifiquei que o senador Othon Mader também a namora. E apesar de seus cabelos brancos, o nobre senador Fernandes Távora também é dela namorado.

O Sr. Fernandes Távora — Digo a V. Exa. de uma vez por todas que sou nacionalista, como sempre fui e sempre fui, mas, nacionalista no bom sentido nacionalista transigindo com tudo quanto seja capaz de servir ao meu país e não querendo fazer e impor aquilo que ele não puder realizar.

O Sr. Othon Mader — Muito bem.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr Presidente, não sou eu quem vai por em dúvida um homem de formação moral tão alta.

O Sr. Fernandes Távora — Peço desculpas a V. Exa. se o estou molestando com meus apartes.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Também não sou eu, Señor Presidente, quem vai tirar a S. Exa. o direito de oferecer uma definição do que é o bom nacionalista. É possível que eu seja a ovelha preta do nacionalismo.

Quem sabe, Sr. Presidente, se não sou eu quem está errado?...

O Sr. Fernandes Távora — Estou apenas definindo o meu. V. Ex.^a definirá o seu.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr Presidente, temos o problema da Venezuela. Esse país já foi cantado em prosa e em verso, nessa Casa, pelos nobres Senadores Othon Mader e Assis Chateaubriand. Lamento que o Sr. Assis Chateaubriand já não esteja em nosso recinto porque muito sentimos sua falta.

O Sr. Othon Mader — É incontestável o progresso da Venezuela.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A Venezuela é um exemplo típico do que nos estará reservado se nós, os nacionalistas, não defendermos, intransigentemente, o monopólio estatal do petróleo.

A Venezuela é uma fachada tipo Potocki.

Conta-se que, em certa ocasião, um favorito de Catarina II, enamorado da mesma, resolveu lhe mostrar a Rússia que naquele tempo não existia.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência permite ainda outro aparte? (Assentimento do orador) — A Venezuela está realmente enriquecendo com o petróleo. Apenas esqueceu-se que petróleo não é alimento. Por causa dele deixou de lado a agricultura e a pecuária, passando a importar tudo, até couve!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Gostei de ouvir Vossa Excelência dizer isto, porque o nobre Senador Othon Mader não pensa assim.

O Sr. Othon Mader — Ao contrário, eu disse que a Venezuela tem se desculpado de outros problemas.

O Sr. Fernandes Távora — A Venezuela está provando que não tem capacidade para ser independente.

O Sr. Othon Mader — A culpa dela não possuir agricultura nem pecuária, não é do petróleo, mas do governo que se desculpou.

O Sr. Fernandes Távora — E pura malandrice de quem não quer trabalhar buscando arranjar dinheiro com facilidade.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Como eu ia dizendo, o apaixonado de Catarina II, levantou nas margens do rio por onde deveria passar a Imperatriz, painéis maravilhosos, cenas idílicas que Virgílio poderia cantá-los certamente.

Sr. Presidente, tais cenas deveriam, de fato, ter levado a Imperatriz a amá-lo.

O Sr. Fernandes Távora — Tudo isto indica a má orientação de um governo que não está à altura de dirigir um povo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Foi o que ocorreu na Venezuela. No fim da exploração do petróleo ficarão apenas os buracos para os venezuelanos tapar.

O Sr. Fernandes Távora — De quem a culpa? A culpa é dos venezuelanos que não sabem cumprir o seu dever.

O Sr. Domingos Velasco — Acabaram numa ditadura. O petróleo é problema político. O povo venezuelano pode ter enriquecido, mas não dispõe de liberdade.

A riqueza que lá está é a miséria para o povo.

O Sr. Fernandes Távora — Porque não sabe tirar dinheiro do petróleo para fazer sua independência, em vez de gastá-lo em obras monumentais, que não têm qualquer sentido prático.

O Sr. Othon Mader — E que lá não houve tupiniquins.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao nobre orador que não permita mais apartes, porque a tuquigrafia está sentindo dificuldade para apanhá-los simultaneamente.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Deixemos, de lado a Venezuela com seu grande lençol petrolífero, que continuaria assim ainda por algumas décadas, para ficar depois apenas o vazio da corrida petrolífera para ser preenchido.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a está enganado. Ao lado dos poços petrolíferos, ficarão as estradas de ferro, de rodagem, os portos, os estabelecimentos de assistência social e muitos melhoramentos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O problema é complexo e o aspecto econômico e político de um discurso por si só quase nada exprime, quase nada diz, porque contém teses tão vastas e múltiplas, que de muito mais tempo precisaria para responder aos apartes que acabam de dar os nobres senadores.

Deixemos, repito, a Venezuela e sua santíssima ditadura. Vamos à Bolívia que tem a felicidade desgraçada — felicidade desgraçada, permita-me o Senado repetir a expressão — de possuir petróleo no seu sub-solo, e petróleo é grande quantidade, razão por que se desvieram o Paraguai e a Bolívia.

E sabe V. Ex.^a, Sr. Presidente, o que ocorreu?

O óleo boliviano, manipulado pelos "trusts" internacionais interessados e vislumbrar às forças paraguaias que combatiam os bolivianos, ateve-se ao óleo do sub-solo de uma nação, para golpear, pela traição, o próprio coração desse país.

E o que não desejamos.

O Sr. Othon Mader — O produto é comerciável. Consequentemente, qualquer nação pode comprá-lo e aplicá-lo contra seus inimigos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não é só isso, meu nobre colega. V. Ex.^a conhece a história secreta daquele petróleo, para que

se não pagasse ao próprio tesouro boliviano, o que fora o compromisso deles triste para com o tesouro da Bolívia.

O Sr. Othon Mader — Pura lenda e em relação ao petróleo muitas são elas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — São repositórios de fatos que ficam na memória dos povos. Vivem e continuam a viver não sei se como lenda ou realidade; mas em face dos acontecimentos que vez por outra se verificam pelo mundo — acontecimentos que todos conhecemos — é bem provável, não seja lenda, mas um fato.

Pergunto, Sr. Presidente: de que está servindo à Bolívia sua fabulosa riqueza, em petróleo se está nas mãos dos trustes internacionais?

Digamos tenha sido nacionalizado; mas só se o foi em parte, porque ao que ouvi há pouco de eminentes colegas — e todos nos sabemos — o nosso próprio País têm concessões na Bolívia. No entanto, não se permite no Brasil, de forma nenhuma, que qualquer nação estrangeira tenha aqui concessão petrolífera.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.^a me honra com seus apartes.

O Sr. Fernando Távora — Nossa concessão petrolífera na Bolívia serviu apenas de pretexto para levar a estrada Brasil-Bolívia a Santa Cruz de la Sierra. O petróleo, porém, existe apenas na fantasia, como muitas das nossas bacias petrolíferas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Já adverti, desde o princípio, que nessa história do petróleo há muitas outras histórias, histórias de sobra, mesmo. Por isso devemos estar alertas.

O Sr. Fernandes Távora — Cumprimos a promessa de levar os trilhos da estrada Brasil-Bolívia até aquele país, em função do petróleo boliviano. Nós, no entanto, que não temos competência para arrancar o petróleo do nosso sub-solo, conseguí-lo, milhares de quilômetros no solo boliviano? O Brasil só tem atitudes contraditórias. Parece mesmo querer viver de paradoxos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Responderei em outra oportunidade, ao aparte de V. Ex.^a porque a tese nele contida já é outra, a qual, V. Ex.^a em ocasião mais feliz considerará...

Sr. Presidente, saltemos da América para o Oriente, esse Oriente realmente fascinante, terra de beduínos, terra de rebanhos de carneiros, terra de guerreiros morenos, terra de mulheres com braceletes, terra de luares opulentos. Vamos para o Oriente e começemos pela Arábia Saudita; começemos por aqueles lugares onde o petróleo jorra a mancheiras.

Que notícia temos da prosperidade desses povos, lá onde o petróleo é realmente como se for a uma desgaudouro imenso?

Que notícia temos nós de sua felicidade?

Ouvimos falar, vez por outra, que algum xeique ditoso, cheio de dólares, desce à Côte D'Azur para se refrescar; mas o povo que lá está, que benefícios recebe?

O Sr. Othon Mader — Essa é outra questão.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Desconhecemos; ninguém sabe.

Sr. Presidente, veja V. Ex.^a que o petróleo quando existe, quando não é, realmente revertido em benefício imediato do povo, em vez de ser mero lucro de felicidade desse mesmo povo, torna-se, com efeito, a sua própria desgraça, a sua infelicidade. Daí por que defendo e continuarei

a defender o monopólio estatal do petróleo. Sou dele estatalista radical e intransigente. Admito a intervenção do capital estrangeiro em qualquer setor de nossas atividades, mas no que se refere ao petróleo, enquanto tiver voz, enquanto tiver direito de assomar a esta tribuna estarei sustentando os direitos do povo brasileiro, que são os direitos a esse monopólio, à essa exclusividade.

Sr. Presidente, vou terminar minha oração, que já se está tornando fatigante e, afinal de contas, por me haver desviado do assunto, pela benevolência dos meus pares.

O Sr. Othon Mader — Peço desculpas a V. Ex.^a pelos meus apartes.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.^a não tem por que se desculpar. Honra-me com os seus apartes. O assunto com efeito, é explosivo, de uma explosividade patriótica e compreensiva, como deve ser entre homens que cultivam a tribuna do Parlamento.

Lamento que o nobre Presidente da República não tenha dispensado, ao menos antes de exonerar o General Pantaleão Pessos, o seu Ministro da Fazenda. Enquanto o Sr. Eugênio Gudin estiver à frente dos nossos destinos econômicos e fazendários, a Nação nada tem que esperar. Tudo que nos advier será crise, calamidade. O Sr. Eugênio Gudin, muito breve, fará convercer os menos avisados de que a Petrobras é a causadora do aumento do preço da gasolina. Esse o propósito desse Ministro da Fazenda. A Nação, porém, está advertida. Denunciamos o fato desta e de outras tribunas, esse objetivo não será atingido, porquanto é falso, inveraz e indigno de quem tem responsabilidades de dirigir os destinos do país e de se achar no Governo da Nação.

O Sr. Othon Mader — A questão de elevação do ágio para importação de gasolina está mal posta. Deve ser colocada em outros termos. Devemos examinar onde vamos buscar recursos para pagar os compromissos assumidos. O país tem "Ressarcimentos a Pagar" e outras dívidas enormes, inclusive bonificação para estimular a exportação. De alguma parte temos que obter esses recursos. Se não os tirarmos da gasolina, desse produto de importação, só haverá um recurso — a emissão. Devemos examinar qual dos dois maiores é o menor: a emissão ou a cobrança de um ágio sobre a gasolina para verificar qual influirá mais danosamente sobre a economia nacional. O que menos dano causar será o escolhido. Nesses termos é que devemos colocar a questão. Realmente, V. Ex.^a tem razão em que a cobrança de ágios maior sobre a gasolina encarecerá a vida. Não tenho dúvida. No particular entendo que o Sr. Ministro da Fazenda faz cálculos muito otimistas relativamente à elevação do custo de vida.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Othon Mader — É necessário, entretanto, olhar o outro lado da questão. É preciso saber se, caindo na inflação, o custo da vida não se elevará em trinta, quarenta, cinquenta ou, mesmo, cento por cento. É indispensável, ainda, saber se não cairmos no caos, na desordem, e, consequentemente, se não vamos desaparecer.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Ouvi as ponderações de V. Ex.^a com o acatamento que merece. Desejo esclarecer, no entanto, que divisas significam exportação e importação, produção. Se o Ministro da Fazenda mata, justamente, a galinha que põe os ovos de ouro, como vamos ter exportação e divisas?

Não é outro o procedimento do Sr. Eugênio Gudin. Esta a censura que lhe faço. S. Ex.^a quer divisas, mas procura-as através de processo de constrangimento, realmente de descerpô.

O Sr. Othon Mader — Ninguém nega que será um grande sacrifício para a Nação o aumento desses águas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Entendo, no entanto, que S. Excia talvez resolvesse o problema colocando-o sobre outro aspecto, sob ângulo diferente.

O Sr. Othon Mader — Só há essas duas soluções — aumentar o ágio ou emitir.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não creio assim seja.

O Sr. Othon Mader — É preciso comparar uma com outra, para ver qual a mais danosa.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Ai é que está a catarrrice, a canhestrixe do Ministro da Fazenda.

6C A

O Sr. Othon Mader — Estamos em vésperas de maior sensação — a não entrada da gasolina no país.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Quando um Ministro da Fazenda confessar, dante de um Governo, que só tem um expediente e este é vexatório, com o que discutimos — para solucionar os nossos problemas, o Sr. Presidente da República, se tiver pequeno senso de responsabilidade, responderá a esse titular: "Demita-se!"

O Sr. Fernandes Távora — E virá outro que dirá a mesma coisa.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não faça o nobre colega juiz tão temerário da inteligência do próximo. Quem sabe se V. Excia não resolveria nossos problemas, como qualquer outro cidadão?

O Sr. Fernandes Távora — Não resolvo nenhum problema; muito menos os do Brasil.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, termino minhas considerações declarando ao Senado que ainda, como brasileiro que jamais perdeu a fé, estou certo de que nossas dificuldades serão solucionadas.

Os homens passam, com suas malas e seus erros. As cintilações aparentes dobram-se e caem como caem, nos espaços siderados, pelo atrito, as estrelas cadentes. Só uma coisa é eterna — a Pátria, a Nação, o Brasil. Só uma coisa é fecunda — a bondade! Só uma coisa é construtiva — a compreensão!

Unamo-nos nesse propósito e confluemos nos destinos do Brasil!

Alemos o pensamento para a Providência, que nunca nos abandonou, e dias melhores surgirão para os homens, para as mulheres e para as crianças. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E lido o seguinte

Requerimento n.º 94, de 1955

Respeiro, de conformidade com o art. 125, letra b, do Regimento Interno, seja inserito na ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Luiz Silveira, antigo representante de Alagoas na Câmara dos Deputados, e que se telegrafe à família do saudoso parlamentar apresentando as condolências dessa Casa.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1955. — Ezequias da Rocha. — Domingos Velasco. — Mathias Olympio. — Maynard Gomes. — Onofre Gomes. — Lourival Fontes. — Catão de Castro. — Flinto Müller. — Magalhães Barata. — Argemiro de Figueiredo. — Carlos Lüdemberg. — Juacy Magalhães. — Lima Teixeira.

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, faleceu, em Maceió, no dia 5 do corrente, o jornalista Luiz Silveira. Filho de Pernambuco, radicou-se nas Alagoas, onde se tornou alagoano, e dos melhores e mais ilustres

Político, jornalista, parlamentar, durante mais de cinquenta anos prestou assinalados serviços ao meu Estado, a ele ligando de tal forma a sua existência, que hoje, ao desaparecer do convívio de sua gente, é geral a consternação dos meus compatriotas.

Político, foi dos mais combativos e também dos mais chegados às causas do povo. Parlamentar, sempre defendeu com brilho os interesses de Alagoas e do Brasil, na Câmara Federal, em várias legislaturas. Mas, o seu

fraco, — quero dizer, o seu forte — foi a imprensa. Como jornalista, poucos no Nordeste o excederam na lucidez, no dinamismo, no espírito público. E a ela, pode-se dizer, dedicou quasi toda a sua vida, desde os mais verdes anos até quando a saúde lhe deu forças para manejá-la pena e dirigir um jornal.

Os dois maiores diários de Maceió foram por ele fundados — o "Jornal de Alagoas" e a "Gazeta de Alagoas", órgãos que lá estão vicejando, cheicos da vitalidade que lhes comunicou o seu ilustre fundador.

Sr. Presidente, Alagoas deplora, nesse momento, o desaparecimento do seu velho jornalista, de Luiz Silveira, cujo nome, nós os alagoanos, preferiremos sempre com o maior respeito.

Finançando-se aos 86 anos de idade, deixa na terra que o adotou com extremos, um nome, um exemplo, uma tradição: o nome de cidadão dos mais dignos; o exemplo de luta, de trabalho, de tenacidade; a tradição do liberal, do democrata, do legalista, em suma, do republicano convicto, que, apesar de tudo, nunca descreu da República e vivia a sonhar com a grandeza da Pátria.

Ao jornalista Luiz Silveira, meu prezado amigo, as minhas saudades; à sua memória, as homenagens do P. R. alagoano (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Freitas Cavalcanti.

O SR. FREITAS CAVALCANTI PRONUNCIA DISCURSO, QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Mesa cumprirá a determinação da Casa.

Há um requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento n.º 95, de 1955

De acordo com o art. 122, letra c, do Regimento, respeiro a V. Ex.^a sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1.º — Renda Ordinária arrecadada em 1954 proveniente de fôro, taxa de ocupação e Iaudêmio sobre terrenos de marinha e seus acréscimos, de acordo com a Contadoria Geral da República.

2.º — Despesa prevista para 1955 com pessoal, material, aluguel de casas e serviços contratuais relativa ao Serviço do Patrimônio da União e Delegacia.

3.º — Quantos aforamentos de terrenos de marinha foram concedidos pelo S. P. U. no decorrer do ano de 1954.

4.º — Quantos aforamentos foram concedidos pelo Serviço do Patrimônio da União desde sua criação.

5.º — Quantos terrenos têm produzindo renda nas rubricas fôro e taxa de ocupação.

6.º — Quantos terrenos inscritos no regime de ocupação e o montante da arrecadação (renda ordinária) em 1954?

7.º — Se o S. P. U. vem atualizando periodicamente a taxa de ocupação e em que bases?

8.º — Qual valor por metro quadrado, adotado na Delegacia do S. P. U. em Alagoas, para terrenos situados na zona rural dos diversos municípios da orla marítima.

O presente requerimento tem por finalidade a melhor elucidação de um projeto que pretendo apresentar sobre terrenos de marinha e seus acrescidos.

Sala das Sessões em 9 de março de 1955. — Ezequias da Rocha.

O SR. PRESIDENTE:

Sendo da competência da Presidência, defiro-o.

Passa-se à matéria constante da

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 26, de 1951, (da Comissão Diretora), que extingue cargo de oficial legislativo, classe "J", no Quadro da Secretaria do Senado Federal, tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade (parecer n.º 1.250, de 1951); da Comissão de Finanças, favorável (Parecer n.º 171, de 1952); II — Sobre a emenda de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, mas, quanto ao mérito, pela rejeição (Parecer número 225, de 1954); da Comissão Diretora, pela rejeição (Parecer n.º 226, de 1954); da Comissão de Finanças, pela rejeição (Parecer n.º 227, de 1954).

O SR. PRESIDENTE:

Há um requerimento do nobre Senador Apolônio Sales solicitando a volta desse projeto à Comissão Diretora, tendo em vista que, após sua apresentação foi feita uma reestruturação geral do quadro de funcionários a fim de que aquela Comissão possa verificar se o mesmo está prejudicado.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' aprovado o seguinte

Requerimento n.º 96, de 1955

Tendo em vista que após a apresentação do Projeto de Resolução n.º 26, de 1951, foi feita uma reestruturação geral do quadro de funcionários do Senado, pela Resolução n.º 4, de 1955, respeiro, nos termos do art. 155, letra b, do Regimento Interno, seja retirado da Ordem do Dia esse projeto, voltando à Comissão Diretora a fim de que informe se está prejudicada a medida nele objetivada.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1955. — Apolônio Sales.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 157, de 1954, que inclui Raimundo Ventura da Costa, ex-contínuo da Delegacia Fiscal, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952. (Em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 7-3-55, a requerimento do Sr. Senador Fernandes Távora, tendo pareceres: da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 145, de 1955, favorável,

com a emenda que oferece; da Comissão de Finanças, sob número 146, de 1954, favorável.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto.

O SR. FERNANDES TÁVORA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o assunto desse projeto dispensava qualquer esclarecimento.

Trata-se de uma retificação, ou melhor, de fazer com que sejam incluídos no número dos funcionários que foram beneficiados por uma lei os que, por esquecimento da Câmara ou do Senado, foram excluídos da lista.

O próprio Ministro da Fazenda mandou uma retificação ao Senado que chegou fora de tempo, pois que o projeto já estava sendo votado. Assim, o que se faz agora com este projeto é, exclusivamente, restituir um direito que tinha sido omitido, sem nenhuma razão de ser.

Espero, Sr. Presidente, que o Senado, fazendo justiça, aprove o projeto.

O SR. PRESIDENTE

Continua a discussão.

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Vai ser votada em primeiro lugar a emenda oferecida pela Comissão de Serviço Público Civil.

O SR. FERNANDES TÁVORA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a mandasse proceder à leitura da emenda, pois eu a desconheço.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Primeiro Secretário procederá à leitura da emenda.

E lida a seguinte

EMENDA

Redija-se, da seguinte forma, o artigo 1.º:

"São incluídos entre os beneficiários da lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952, e a partir de sua vigência, Gastão Nunes de Almeida e o ex-contínuo de Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, cujos nomes deixaram de figurar na relação que acompanhou aquela lei."

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados.

Está aprovada.

Em votação o projeto assim emendado.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 157, de 1954

(N.º 2.665-B-1952, ua Câmara)

Inclui Raimundo Ventura da Costa, ex-contínuo da Delegacia Fiscal, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É incluído entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952, e a partir de sua vigência, o ex-contínuo da Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, cujo nome deixou de figurar na relação que acompanhou aquela lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, primeiro orador inscrito para falar nessa oportunidade.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor residente, Senhores Senadores: venho a esta tribuna congratular-me com a Diretoria da Petrobrás, Superintendente, técnicos e operários da Refinaria de Cubatão, e, principalmente, com o povo brasileiro, pelo auspicioso acontecimento de já estar em funcionamento aquela portentosa Refinaria cuja construção arrastou-se durante mais de cinco anos. A falta de recursos financeiros oportunamente promovidos aos dirigentes das obras, é responsável neste, como em muitos outros empreendimentos nacionais, pelo prazo exagerado e custo excessivo dos trabalhos de construção.

Sou, Sr. Presidente, em princípio, favorável à iniciativa privada, no campo das atividades econômicas. O Estado deverá exercer apenas uma ação supletiva, quando faltarem os estímulos aos investimentos privados e houver uma evidente necessidade nacional, de ordem econômica ou estratégica, para que não se protele a iniciativa julgada necessária e inadiável. Neste caso, como aconteceu com a construção da Usina Siderúrgica Nacional — até agora o marco mais significativo de nossos desenvolvimentos econômicos — cabe ao Estado anelar para o recurso das sociedades de economia mista onde, infelizmente, o capital privado tem contribuído com percentagens insignificantes.

Em Vila Redonda graças às inspirações, à inteligência, e à sinceridade de um grande cidadão do mundo — o saudoso Presidente Franklin Delano Roosevelt — foi possível ao Governo Brasileiro contar com a colaboração técnica habitual de firmas especializadas americanas e, mais do que isso, com o financiamento das organizações oficiais de crédito do Governo Americano, no caso o benemérito Export and Import Bank of Washington responsável também, entre outros empreendimentos nacionais, pelo financiamento da Companhia Vale do Rio Dôce.

Já para o financiamento da Refinaria de Cubatão estiveram fechadas as portas dos bancos americanos, o que aumenta o valor dos sacrifícios para que se ostente hoje como uma realidade, as torres fumegantes da Usina ainda não oficialmente inaugurada.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-

TI — muito bem!

O SR. JURACY MAGALHÃES — Vale, entretanto, assinalar que não faltou ao empreendimento a colaboração técnica de firmas americanas e europeias, inclusive de algumas que são produtoras de petróleo, como a Esso Export Corporation e a Standard Oil Company of California, interessadas no suprimento de óleo crú à Refinaria de Cubatão.

Foi responsável pela organização do projeto e supervisão das obras a Hydrocarbon Research Inc., e pela construção civil a Arthur Mc Kee & Company. Inúmeras outras firmas nacionais e estrangeiras colaboraram na execução dos trabalhos, sendo justo título de orgulho a capacidade revelada pelos técnicos nacionais, cujo "know-how" se aprimora dia a dia, e pelo operário nacional, anônimo e esquecido mas cujas mãos e cérebros são básicos nesta batalha gigantesca pelo aumento da produção nacional e melhor produtividade de nosso trabalho.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-

TI — muito bem!

O SR. JURACY MAGALHÃES — A direção da construção esteve entregue ao patriótismo, competência e dedicação de dois eminentes brasileiros, General de Divisão Stênio Cato de Albuquerque Lima, até maio de 1954,

quando 37% dos trabalhos já estavam realizados, e o Coronel Joaquim Ribeiro Moutinho, seu atual Superintendente, em cuja administração, graças aos recursos propiciados pelo Governo, os trabalhos adquiriram um ritmo mais acelerado.

Sr. Presidente, a Refinaria de Cubatão é uma das mais flexíveis do mundo e foi projetada para operar com petróleo bruto de qualquer procedência e de características as mais variadas. Com cerca de oito unidades: Distilação Primitiva de Óleo Bruto (Topping), Visco-Redutor, Reforma da Nafta e Craqueamento de Gás Oleo, Recuperação de Gases Hidrogenação, Tratamento da Gasolina, Tratamento de Querozene e Mistura de Gasolina. Essas unidades permitem uma produção variada de derivados, com as melhores características desejadas.

Além dessas unidades, dispõe também a Refinaria de uma estação termoelétrica, própria, para geração de energia e vapor destinados às unidades e Casa de Bombas de Água, para alimentação das caldeiras e refrigeração no Processo.

O custo da Refinaria, até hoje, é da ordem de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, incluindo-se cerca de 22 milhões de dólares correspondentes a gastos em moedas estrangeiras. Incluindo o acabamento de suas instalações gerais, atingirá a respeitável cifra de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros.

A falta de um volume adequado de armazenamento de combustíveis é um dos pontos fracos da segurança nacional. Pois bem, o parque de tanques de Cubatão dispõe de um volume de armazenamento superior ao dos demais tanques do país somados, sendo o óleo bruto suficiente para noventa dias de operação e o de produtos para sessenta dias.

Os produtos são entregues ao consumidor, através de oleoduto, mas a Refinaria está equipada para fazer o carregamento também em caminhões e vagões-tanques.

A Refinaria de Cubatão tem uma capacidade nominal de carga de 45.000 barris por dia de óleo bruto. Iniciou sua operação na unidade "topping" a 31 de janeiro, tendo processado, nos primeiros trinta dias, 1.234.745 barris de óleo crú importado, ou seja, uma média diária de 41.158 barris. Essa média decorre da circunstância de ter sido relativamente pequena, no início, a carga diária de processamento, que, entretanto, se elevou rapidamente, chegando a alcançar, a partir do décimo dia, cerca de 51.000 barris diários, mantendo, desde então, uma média de 46.500 barris. Técnicos americanos, com grande experiência na indústria, declaram que "uma refinaria, em mil, tem essa sorte de operar com capacidade superior à do projeto, nas primeiras semanas de seu funcionamento".

A produção realizada pela Refinaria, nestes seus primeiros trinta dias de operação, pode ser avaliada em ... US\$ 4,5 milhões, a qual, em contrapartida a um gasto de US\$ 3,4 milhões com a importação de óleo crú, indica uma economia líquida de divisas de US\$ 1,1 milhão. Com a entrada em funcionamento, ainda neste semestre, de todas as unidades da Refinaria, a sua produção acumulada, até 30 de junho, equivalerá a cerca de US\$ 24 milhões, utilizando produtos importados cujo valor alcançará apenas US\$ 17,5 milhões. A diferença de ... US\$ 6,5 milhões constituirá a principal contribuição da Refinaria de Cubatão para aliviar o orçamento cambial do país, no primeiro semestre de 1955.

A localização da Refinaria de Cubatão é excepcionalmente feliz, pois se acha perto de um porto de mar, o que facilita a entrada e saída de produtos: situa-se no principal centro de consumo do país e tem em sua vizinhança grandes áreas de terrenos e enormes quantidades de massa d'água, extremamente necessárias ao desenvolvimento da indústria do petróleo.

A competente e honrada Diretoria da Petrobrás, em face do êxito alcançado nas operações iniciais, já autorizou pequenas alterações no projeto original, visando ao aumento da capacidade de carga da Refinaria. Essas readaptações para corrigir os "bottlenecks" na produção das refinarias são normais. Em Cubatão, esse aumento da capacidade de carga será obtido por meio do aumento da capacidade de algumas bombas e de áreas de condensação. A Refinaria passará, assim a operar, dentro de poucos meses, com cerca de 60.000 barris diários de carga, ao custo de uma despesa da ordem de US\$ 500.000,00.

Quando conseguido, e com uma pequena modificação nas condições de operação e sem nenhum gasto adicional, será também possível produzir cerca de 150.000 litros diários de combustível para aviões de reação a jato semelhante ao atualmente consumido pelos aviões desse tipo existentes no país, além de solventes industriais tipo aguarrás. Somente desse último produto, nos anos de 1951 a 1953, após das dificuldades cambiais, o Brasil importou, em média, por ano, 20 mil toneladas, no valor aproximado de um milhão e meio de dólares.

Quando estiver inaugurada a segunda fase de construção da Refinaria, isto é, quando estiverem operando as demais unidades, inclusive a de "cracking", será melhorada a percentagem de produção de derivados nobres. A gasolina passará de 30% para 45,8%. O óleo Diesel de 15% para 20%, o óleo combustível ("fuel oil") diminuirá de 46% para 32%, encorajando o início da produção de gás liquefeito na proporção de 2,2% do volume de óleo crú processado.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência dá licença para um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Li diversas vezes que o projeto da Refinaria de Cubatão era para quarenta e cinco mil barris diários. Agora, segundo afirma V. Ex.^a, ela está produzindo cerca de sessenta mil barris. Desejava saber qual o recurso pôsto em prática para esse aumento de 15 mil barris.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Certamente V. Ex.^a não ouviu a explicação que dei, no meu discurso, a esse respeito. A capacidade de carga, da Refinaria é de quarenta e cinco mil; e ela já produz, em média, quarenta e seis mil barris diários. Com pequenas modificações nos bottlenecks, poderá aumentar-se a capacidade de carga para 60 mil barris. É este um processo normal em construção de refinarias, as quais depois de inauguradas, sempre revelam pontos onde há congestionamento. Atenção: este é a produção fatalmente se eleva. Interessa assinalar, no entanto, que é a opinião de técnicos americanos, que uma em mil refinarias construídas nas primeiras semanas de funcionamento, produz quantidade de petróleo superior à sua capacidade teórica que é, efetivamente, de 45 mil barris.

O Sr. Fernandes Távora — Muito obrigado pela explicação, que me satisfez imensamente, porque vejo que o Brasil, ao menos uma vez, teve sorte.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex.^a não deve ser tão pessimista.

Ademais, Sr. Presidente, a Refinaria de Cubatão já tem estudos prontos para o aumento de sua capacidade para 75.000 barris diários o que facilitará ainda mais a instalação, na venturosa região paulista, de todo um parque de indústrias petroquímicas, destinadas à utilização dos gases e subprodutos da Refinaria.

A Petrobrás já está instalando ao lado da Refinaria de Cubatão, uma fábrica de fertilizantes, de custo da ordem de 500 milhões de cruzeiros, com capacidade para produzir, diariamente, 100 toneladas de amônia sintética, 180 toneladas de ácido ní-

trico, 350 toneladas de mistura fertilizante e 35.000 metros cúbicos de hidrogênio. Essa produção abastecerá todo o mercado brasileiro de fertilizantes nitrogenados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcante — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcante — Quero congratular-me com o nobre colega pelas importantes declarações que está fazendo. Depois do discurso que proferei, as palavras de V. Ex.^a são como o orvalho sobre a relva, trazem aos nossos corações grande alegria, e a todos os brasileiros, viva esperança. Esta é a resposta mais objetiva que se poderia dar aos opositores da Petrobrás.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Enquanto assistia, encantado, aos debates que V. Ex.^a travava com ilustres colegas, eu filosofava: ao mesmo tempo em que se discute, com tanto calor, o problema do petróleo, felizmente, os seus derivados saem da Refinaria de Cubatão.

O Sr. Fernandes Távora — Graças à luta feroz, titânica e exaustiva dos nacionalistas.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Creio que o jubilo é geral, não apenas dos nacionalistas.

O Sr. Fernandes Távora — E' preciso notar que estamos produzindo gasolina com petróleo estrangeiro.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (Lendo) — Está montando também uma Fábrica de Asfalto, que deverá entrar em funcionamento até o fim do corrente ano, com uma capacidade de 116.000 toneladas anuais, quantidade essa superior ao consumo nacional, que é da ordem de 90.000 toneladas, no valor de US\$ 5 milhões. Essa fábrica custará cerca de ... US\$ 1,6 milhão e se utilizará de todas as instalações da Refinaria: vapor, energia, depósitos, etc. Será interligada a outras instalações da Refinaria para o aproveitamento, por esta, de seus subprodutos.

Ureia — A ureia é fabricada pela ação da amônia e óxido de carbono. Pode ser utilizada como fertilizante sólido, plásticos e alimento para gado.

Provineno — Será produzido por Cubatão, a fim de ser vendido como matéria prima para fabricação de glicerina, acetona isopropílica e detergentes de ótima qualidade.

Acetileno — Trata-se de um produto químico orgânico para a produção das acrilonitrilas destinadas à fabricação das fibras sintéticas, como o orlon e o plástico neopreno — barra sintética resistente.

Negro de fumo — Na Refinaria será possível a fabricação de 8.000 toneladas de negro de fumo, o que trará ao país uma economia anual de 3 milhões de dólares. O negro de fumo é usado na fabricação de tintas de pintura, mas o seu emprego principal é na fabricação de pneus, onde entra na proporção de 30%. Em 1952, o Brasil importou 62 milhões de cruzeiros desse produto.

Butadieno — É o principal constituinte da borracha sintética, e poderá também ser produzido em Cubatão.

Enxofre e ácido sulfúrico — Está em estudo, na Petrobrás, a instalação de uma unidade para recuperação do enxofre ou a fabricação de ácido sulfídrico, partindo do gás sulfídrico que sai livre no processo da Refinaria de Cubatão. A recuperação de enxofre será possível na ordem de 7 toneladas diárias.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Constituirá realmente grande benefício a recuperação do enxofre, matéria prima das mais difíceis, hoje. Os Estados Unidos,

nação que fornecia a maior quantidade para o mundo inteiro, já se está sentindo deficitária.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex.^a tem tôda a razão. Os técnicos em indústria dizem que o ácido sulfúrico é o "pão da indústria".

(Lendo):

Em 1952, o Brasil importou mais de 80.000 toneladas de enxofre, ao custo de cerca de US\$ 4 milhões. O custo dessas instalações é da ordem de 200 mil dólares para a recuperação do enxofre, e de US\$ 450.000.000 para a produção do ácido sulfúrico.

Benzeno — Tolueno — Xileno — Hidrogênio — A Petrobrás já dispõe de um estudo completo para a instalação de uma unidade de Reforma Catalítica, que permitirá à produção desses produtos organoquímicos.

O Benzene, que é um solvente de primeira qualidade, quando combinado com outros derivados, permite a fabricação de vários sub-produtos, como os Cumenos, que são produtos básicos para a manufatura de ienol, acetona, fabricação de borracha sintética, etc.

O Tolueno, quando combinado com o ácido nítrico, constitui o TNT, tão necessário para a defesa nacional.

O Xileno, usado na fabricação de fibra sintética Dacron.

O Hidrogênio, produto básico para várias indústrias petroquímicas, como amônia, fertilizantes, etc. O custo da unidade de Reforma Catalítica instalada é de 2 milhões de dólares.

Eteno — Está sendo aguardada a aprovação da instalação de uma unidade para manufatura e recuperação de 2.500 toneladas anuais de eteno, ao custo de US\$ 968.270,00 dólares.

Esse produto é usado para uma infinidade de manufaturados, como os plásticos, fibras sintéticas, borracha sintética e estireno monômero, produtos esses que várias firmas nacionais estão importando para processamento local e que têm custado, anualmente, cerca de 2 milhões de dólares.

O projeto original da Refinaria permitirá facilmente a recuperação do Eteno. Com esse produto, será possível a instalação, em Cubatão, de uma fábrica de borracha sintética, capaz de superar as necessidades do país, ou seja, 20.000 ou mais toneladas anuais.

O Sr. Vivaldo Lima — O Amazonas poderá fornecer borracha desde que a União ajude o Estado a explorar sua riqueza natural.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Estou de inteiro acordo com Vossa Excelência, no que diz respeito ao fomento da produção da borracha no Amazonas.

O Sr. Vivaldo Lima — Desejo ainda esclarecer que a borracha sintética encontra campo próprio de aplicação em determinados artefatos, não competindo absolutamente com a borracha natural.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Nem pode substituir a borracha natural. Exatamente por isso não vejo contra-indicação ao fomento da produção da borracha sintética no Brasil. Com um programa delineado por V. Ex.^a e os demais representantes da Amazônia, incentivando a plantação da borracha no Amazonas, poder-se-ia conseguir algo.

Seria interessante lembrar que, em 1952, o Brasil importou cerca de 25% de suas necessidades, o que custou à nossa balança cambial US\$ 7,2 milhões de dólares.

O Sr. Vivaldo Lima — Exclusivamente devido à incômmodo e à indiferença dos poderes da República, bem como dos homens, a que tem sido atribuída essa função. O Brasil estava perfeitamente atendido em suas necessidades se houvesse cumprido o programa de 1952.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Meus votos são para que a experiência dos erros passados contribua para a melhor solução dos problemas do futuro.

O Sr. Vivaldo Lima — E' o que espero a Amazonia.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (Lendo):

Com essas iniciativas, Sr. Presidente, estará a Petrobrás contribuindo poderosamente para a batalha do enriquecimento nacional.

E, na hora em que os corações se rejuabidos sentem com esta festa nacional, os meus votos são por que o amor ao trabalho, a competência técnica e o patriotismo dos servidores da Refinaria de Cubatão, permitem o crescente aperfeiçoamento da produção e a diminuição dos custos, a fim de que a nossa indústria possa competir com a dos países mais adiantados do mundo. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Senhor Juracy Magalhães, o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da Presidência; que é ocupada pelo Senhor Gomes de Oliveira, reassumindo-a posteriormente.

O SR. PRESIDENTE:

Ante de dar a palavra ao próximo orador inscrito, comunico ao Senado que o Embaixador do Brasil, junto ao Governo do Paquistão, Sr. João Luiz Guimarães Gomes esteve no gabinete da Presidência para expressar seus agradecimentos pela votação com que foi aprovada a indicação de seu nome.

Tem a palavra o nobre Senador Lúcio Bittencourt.

O SR. LÚCIO BITTENCOURT:

(Não foi revisto pelo orador) — Senor Presidente, Srs. Senadores, lamentável é a posição de um líder de Partido quando se vê na contingência inelutável de ocupar a tribuna para divergir, frontalmente, da opinião de um colega, para manifestar sua divergência com o ponto de vista do correligionário, para criticar-lhe as atitudes.

Afortunada, feliz é a atitude do Líder de Partido que pode vir perante os seus pares e manifestar sua perfeita, sua integral e sua absoluta concordância com os pontos de vista de seus líderes.

Sr. Presidente, grande repercussão teve o discurso, proferido na última sessão do Senado pelo meu querido e emblemático colega de bancada, Senador Lourival Fontes.

Com o coração isento de malícia e com a alma limpa de rancor, S. Ex.^a, expressando opinião puramente pessoal, como declarou à Imprensa, definiu certos princípios, sustentou certos pontos de vista que, como declarou, alcançaram grande repercussão.

Trata-se, sem dúvida, de opinião de S. Ex.^a, opinião muito legítima, sobre cuja manifestação estamos dispostos a lutar contra tudo e contra todos. Entendemos que o depoimento de ordem individual, de ordem pessoal alimenta, segundo as praxes democráticas, os debates no seio dos Partidos, e, embora, inicialmente, aqui ou ali possa não haver concordância integral entre todos os componentes de determinado Partido ou determinada bancada, nem por isso, se pode dizer, se pode sustentar ou se pode sequer, vislumbrar a existência de falta de unidade na bancada. (Muito bem).

É tamente a minha presença neste momento não é para exitar: não é para analisar o discurso do Senhor Lourival Fontes, que podia proferi-lo e podia proferi-lo, quando bem quiser, para sustentar os pontos de vista que muito bem entender, no exercício legítimo e democrático de seu mandato legislativo.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem.

O SR. LÚCIO BITTENCOURT — Apenas, Sr. Presidente, para discutir certas e determinadas interpretações que foram dadas a esse pronunciamento. E antes de fazê-lo, antes de prosseguir, desejo, mais uma vez, lembrar, como já o tenho feito aqui, a inteligente atitude, a inteligente situação que atravessa a nossa Pátria, em que os homens, porque adoram esta ou aquela ideia, porque sustentam este ou aquele ponto de vista, são facilmente e criminiosamente atacados pelos adversários, com todas as armas, por todos os meios, com todas as contumelias, com todas as injúrias e com todas as aleivosias!

Falsos homens livres esses, Sr. Presidente, que entendem que numa democracia todos têm que pensar pelo mesmo modo; falsos homens livres esses, Sr. Presidente, quando alguém diverge de seus pontos de vista e idéias, se julgam com o direito de criticá-los. Erro de técnica, Sr. Presidente; erro flagrante de técnica, porque se pensam, se julgam, se entendem que por este meio que pela injúria são capazes de nos conduzir ao caminho que quiserem, estão absolutamente enganados! Estamos intrinsecamente solidários com o nosso colega Senador Lourival Fontes. E quero reafirmar esta tribuna, em nome da minha bancada, que qualquer agressão, qualquer contumelia, qualquer injúria feita a um membro da família são capazes de nos conduzir ao bancada, indistintamente.

A posição do meu partido é muita clara, muito exata, translúcida, cristalina; e de expectativa, como lhe convém e como convém ao Brasil.

Há tempos, em Janeiro, o Presidente do meu Partido remeteu às seções estaduais circular onde dizia:

"No momento, a decisão do P.T.B. será tomada pelo democrático processo de indicação pela Convención Nacional, órgão supremo de deliberação partidária.

E importante, consequentemente, que todos os trabalhistas se mantêm em atitude de expectativa, sem assumir compromissos que não tenham a aprovação do Diretório Nacional. Qualquer atitude isolada, nestas alturas dos acontecimentos, só poderá resultar em prejuízo para o partido que terá a sua unidade abalada. Nossa maior tarefa, portanto, no momento, é trabalhar, sem medir sacrifícios pela coesão dos nossos quadros em todo o Brasil".

Ontem as bancadas do P.T.B. na Câmara e no Senado reafirmaram este ponto de vista. O meu partido não tem compromissos com candidatos ou com outro partido. Ésta é a expectativa; está coligindo dados;

está examinando a situação e só depois que tiver em mãos os elementos dará sua palavra, pelos órgãos estatutários competentes. Mas é claro, é óbvio, é evidente que não temos de modo algum a porta no candidato cujo nome nos é proposto, embora, por outro lado, a deixemos aberta para examinar a situação daquele outro cujo nome ainda não conhecemos. Entendemos que a fase republicana da solução personalista está inteiramente ultrapassada. Os partidos devem reunir-se não propriamente em torno de homens mas de idéias e princípios, em que essas idéias, esses programas, essas palavras, em última análise, sejam tmadas, não pelo seu conhecimento, mas pelo que realmente significam.

A época do homem cabalístico e providencial já foi ultrapassada. O último homem desse tipo que surgiu em nossa história foi aquele grande estadista, insuperável, o maior de todos os tempos: o grande Vargas. Foi realmente o homem providencial que até na hora da morte soube apresentar-se como uma verdadeira bandeira de fé nos destinos do Brasil! (Muito bem).

Uma coisa porém, é certa. Se ainda não temos ponto de vista definido, em face das correntes partidá-

rias, se mantemos a porta aberta para examinar os problemas referentes a cada uma das candidaturas que se apresentarem, uma coisa é certa: Seu Presidente. Há algo que significa, traduz de maneira perfeita e exata, o pensamento anônime e uniforme de toda a minha bancada nesta Casa e na Câmara dos Deputados: Toda a direção do meu Partido e certamente seu eleitorado se mostram contrários, definitivamente, contrários, intransigentemente contrários a qualquer solução extra-legal, extra-jurídica (muito bem).

Não admitimos, não aceitamos, e mesmo repelimos por todas as forças e com todas as energias, a intervenção de quaisquer partidos ou corporações, seja qual for a força ou poder de que disponham para干涉ção desse caso.

Entendemos que a qualquer partido político é perfeitamente legítimo, lícito — segundo as cônoves da Constituição e os princípios do Código Eleitoral — fazer registrar seu candidato. Por isso mesmo, embora possamos vir a negar o nosso voto ao Sr. Juscelino Kubitschek, podemos repetir, parodiando velha frase, de que defendemos até a morte seu direito de ser candidato e o deparido de o haver apontado.

Sr. Presidente, já agora, talvez faltando um pouco menos em nome do meu partido e um pouco mais no meu próprio, eu me permito fazer uma análise da situação política atual, da conjuntura presente. Vejo, então, para exame efetivo do meu partido, três soluções: a da candidatura do P.S.D. à dita chamada União Nacional e, por fim, a do candidato próprio do meu partido.

Sr. Presidente, vou manifestar-me a respeito de cada uma delas. Temos o problema da candidatura do P.S.D. Sem dúvida alguma, seria mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que o P.S.D. vir a aprovar candidato do P.S.D., segundo dizem. Realmente, as correntes são várias, as opiniões se dividem. E que se verifica e que se observa?

O analista político facilmente verifica que a candidatura do honrado governador mineiro, de fato, tem crescido, de fato tem deitado um pouco de raiz no coração do povo. Mas se isto ocorre, se isso acontece, deve-se muito menos ao seu próprio trabalho do que ao dos seus amigos, pela forma extraordinária de palmas inépcia com que agiram seus opositores.

Por outro lado, surgem aqui e ali acusações a certos elementos, cartas pessoais do P.S.D., de que causaram a Vargas nos seus últimos dias, graves e sérias aribulações.

Sr. Presidente, data-venia dos que assim pensam e sustentam, declaro um erro generalizar, como também, nós, do P.T.B., nos relacionamos, contra certas revelações a nosso respeito. No P.S.D. há homens que, de fato, se mantiveram intactos até a morte de Vargas. Pode citá-los dentro do Senado: poderia citar Tancredo Neves, poderia citar Antônio Balbino; poderia citar Gustavo Capanema, e bem assim Juscelino Kubitschek, que recebeu o Presidente, poucos dias antes do golpe de 24 de agosto, com toda elevação e dignidade, e no dia de sua morte ainda aqui esteve, para levar-lhe as últimas despedidas.

Não é possível, portanto, generalizar-se; não é possível, portanto, talhar a carapuça a todos; não é possível lançar anátemas a todos os membros do Partido Social Democrático. Mas, se essa razão, se esse motivo não me parece ponderável para que o P.T.B. recuse ao P.S.D. o apoio ao candidato por este apresentado, outras razões existem da maior gravidade. São razões de ordem doutrinária.

Faz questão de afirmar perante meus eminentes colegas do P. S. D. que não vai na minha oração, nem nenhuma crítica ao Partido de V. Ex.ª excelências. Estou fazendo apenas uma análise, um honesto e sincero estudo do qual se possa tirar alguma coisa. Mas, infelizmente, o fascínio pelo poder, o predominio, digamos assim, de grupos econômicos dentro do P. S. D., a falta de firmeza do P. S. D. na defesa dos nossos recursos naturais e em certos problemas fundamentais que interessam ao trabalhador — é exato o caso da pluralidade sindical, além de vários outros. Recordo ainda que nos últimos dias de sua representação na Câmara dos Deputados, V. Ex.ª Sr. Presidente, assistiu o seguinte fato: quando se discutiu ali o problema do aumento do imposto de consumo, fui à tribuna em nome de todos os membros do P. T. B. naquela Casa, porque eles me fizeram assumir naquele momento, a liderança, e adverti ao P. S. D. que tivesse muito cuidado porque para darmos nosso apoio a um candidato precisaríamos ter a certeza de que, ele, P. S. D., seria capaz de marchar conosco, na reivindicação do povo e dos trabalhadores.

E o que se viu, Sr. Presidente, foi o Sr. Cafá Filho chamar os líderes do P. S. D. ao Palácio do Catete, no dia seguinte, todo ele era uma grande máquina, firme, rija, na defesa do aumento do imposto de consumo, que é típica, e indiscutivelmente, imposto contra o pobre e os pequeninos menos favorecidos da fortuna.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Combati esse imposto antes de vir para o Senado.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Exatamente. Lembro-me do belíssimo curso que V. Ex.ª proferiu.

O Sr. Apolonio Sales — Permite-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Pediria a V. Ex.ª que deixasse concluir meu raciocínio.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª faz análise de princípios.

O Sr. Apolonio Sales — Apenas desejava saber se V. Ex.ª está falando nesse trecho, sem dúvida inflamado de seu discurso, em nome próprio, ou no do Partido? Refiro-me a esse último trecho em que V. Ex.ª analisa a posição do Partido Social Democrático, porque, segundo entendi, Vossa Ex.ª dizia que era pensamento pessoal, mas queria saber para ter certeza.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — No meu discurso, como aliás procurei por em relevo, até o ponto em que dei a definição exata da Direção Nacional, das Bancadas e do Presidente do Partido, Sr. João Goulart, falei em nome do partido.

Mas na realidade não tenho autorização para tanto. Assim, externo meu ponto de vista pessoal.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª é de uma clareza meridiana; fez uma distinção perfeita, de sorte que apreendemos perfeitamente seu pensamento.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Sr. Presidente, como dizia, o problema é doutrinário. O P.S.D. é um partido centrífugo, um partido conservador por excelência; o P.T.B. é um partido de esquerda. De esquerda, sim, de esquerda por extenso, como de esquerda foram os princípios pregados por Leão XIII na encíclica "De Rerum Novarum"; de esquerda, como se encontram na encíclica "Quadragesimo Ano", de Pio XI; como de esquerda são os documentos que Marcel Clement deu a lume em fins do ano passado em seu magnífico livro "L'Economie Sociale" subscrito por Pio XII; como de esquerda são as idéias e pensamentos desse grande escritor francês, Jacques Maritain, na campanha e luta contra as graves e profundas injustiças sociais do Estado burguês contemporâneo.

E claro, Sr. Presidente, que certas idéias que sustentamos não podem ser aceitas pelo P.S.D.; é claro que certas pontas de vista que defendemos não podem ser admitidas pelo P.S.D.

Se viesssemos aqui dizer, como faz a Constituição italiana, que a nossa democracia é fundada sob o trabalho — fundata sul labore — isso causaria apreensões; se viessemos aqui defender o princípio que se encontra no Preâmbulo da Constituição francesa de 1946, que exige, impõe, determina, a participação dos empregados nos lucros das empresas, sem dúvida todos diríamos que é comunista, nada mais que comunista, nada além que comunista.

Entendo, porém, que poderemos chegar a uma solução.

Para mim, pessoalmente, que sem dúvida alguma desejo ver um mineiro na presidência da República, seria sobremaneira agradável que os nossos dois partidos — P.S.D. e P.T.B. — gerados no mesmo cérebro que foi o de Getúlio Vargas, chegasssem a um perfeito entendimento, conseguissem, realmente, uma forma pela qual pudessem caminhar de braços dados na batalha da sucessão.

O Sr. Vitaldo Lima — Tornaram-se, apenas, irmãos de criação. Assim aconteceu no Amazonas.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Desejo, sinceramente, que essa fórmula venha a ser encontrada, o que até agora não aconteceu. Desejo, também, que ao nosso partido possam ser dadas garantias completas e firmes de nosso ponto de vista mínimo, que seria efetivamente posto em execução.

Sr. Presidente, teríamos, então, outra solução: a da chamada União Nacional.

Será preciso, também neste caso, agirmos com a maior cautela e o maior cuidado, para que não sirvamos de "inocentes úteis", a serviço exclusivo dos nossos inimigos.

A tese é, sem dúvida, bonita e sedutora. Mas quem nos diz que para vencer o unicórnio, seja preciso um abraço em comum para que, como nos tempos da lenda, ele se curve mansamente e vencido? Quem nos diz, quem nos garante, que a ninfa, que com o seu beijo pretende acordar o leão que parece adormecido, não traz no coração o travo da insidiosa e da maldade?

Quem nos garante que no cálice de ouro em que nos exibem o vinho da Eucaristia não se encontra também o veneno, o veneno da perversidade?

Quem nos assegura que, sob o burél monástico, não se esconde o sicário assassino?

Sr. Presidente, a nossa experiência é amarga. Sabemos muito bem — e temos bem viva na memória — aquela afirmação de Antonio, o mercador de Venezuela: "Até o Diabo é capaz de citar as Escrituras" — "The devil can cite Scripture for his purpose".

Conhecemos, igualmente, o teor, a força, a determinação e o espírito do nosso inimigo, que se apresenta exatamente como Shakespeare o enumera:

"Stony adversary...
Uncapable of pity, wid and empty
From any chasm of mercy"

Certo, Sr. Presidente, somos por uma solução alta. Desejariamos, sem dúvida, a união de todos os brasileiros. Aspiramos à tranquilidade e ao bemestar de todo o povo da nossa terra, sem quebra, naturalmente, dos princípios democráticos e do livre direito de escolha da população brasileira.

Seria porém difícil, por sem dúvida — e falo aqui, realmente, em caráter estritamente pessoal — pretendessemos dar o apoio do meu Partido, o apoio dos trabalhistas, dos homens que seguiram Getúlio Vargas, a qualquer pessoa diretamente comprometida no golpe branco e na traição monstruosa de 24 de agosto!

Penso, aliás — e me permito lembrá-lo — que esse convite, que essa luta pela união nacional não apresenta qualquer novidade. O de que se fala agora — de que se pretende juntar todas as forças políticas em benefício coletivo — que novidade encerra?

O Presidente Getúlio Vargas já pregava, já dirigia à Nação em todos os discursos, sempre e sempre, diariamente, apelo, para o qual jamais encontrou ou conseguiu resposta, no sentido do benefício, da defesa, da segurança, da felicidade do País.

Sr. Presidente, entendo, mesmo — e repito é ponto de vista meramente pessoal — que se nos inclinassemos por solução dessa ordem, a cúpula do meu Partido marcharia para um lado e o eleitorado para outro.

Em todo caso, dado esse nosso propósito; dada essa nossa orientação; dado esse nosso desejo de um congregamento geral; dado ainda que, embora com o coração e a alma cobertos de cicatrizes, estamos, porém, como salientou o nobre Senador Lourival Fontes, isentos de malícia e limpos de rancor, sem dúvida é possível e desejável surja um candidato capaz de merecer o apoio conjunto dos Partidos, surja alguém que possa, de fato, conseguir a união nacional, que todos, evidentemente e indistintamente almejam.

Sr. Presidente, teríamos, então, outra solução, dentro do meu Partido — a do candidato próprio.

É para nós — embora, como acenuei, externando meu ponto de vista individual neste caso, penso, traduzo a vontade, o desejo e o pensamento da grande maioria — é para nós a última solução, a solução menos desejada porque, Sr. Presidente, estamos nesta porfia, entrados nessa contenda sem nenhum propósito de disputar cargos e empregos.

Não é esse nosso objetivo; não vivemos a cargos públicos nem a mandatos políticos como um fim em si mesmo; mas penas como um instrumento para a realização de alguma coisa superior, como instrumento de concretização do nosso programa.

Dentro dessa ordem de ideias, se efetivamente conseguirmos que outro Partido nos dê a garantia e a segurança de que o programa mínimo por nós traçado será devidamente cumprido, então, Sr. Presidente, se conseguirmos a certeza de que, sem risco algum, enfrentaremos as eleições, se podermos fazer com que esse nosso ponto de vista se imponha, embora através de outro Partido, nada mais pretendemos, porque, como disse, não é o poder que nos fascina e, sim, o bem do povo.

Quem sabe, Sr. Presidente, lançado nosso candidato, quem sabe se de fato não poderá surgir em torno dele a famosa e chamada "união nacional"?

Sr. Presidente, peço perdão pela longa, por estar tomado por tanto tempo a atenção de meus eminentes colegas.

O Sr. João Villasboas — O Senado está ouvindo V. Ex.ª com toda a atenção.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.ª está proferindo notável discurso.

O SR. LUCIO BITTENCOURT — Muito obrigado aos nobres colegas.

Sr. Presidente, uma coisa é indiscutível: temos um propósito inabalável e dele ninguém nos demoverá; defenderemos, de qualquer modo, a unidade e a independência de nosso Partido, a unidade de nossas Bancadas, a unidade de nossas forças eleitorais, a unidade de nossa direção partidária. Não seremos, de maneira alguma, caudilheiros de nenhum outro Partido.

Podem pressionar como quiserem, podem atirar contra nós as injúrias e os baldões que entenderem. Nada nos demoverá. Apenas nos pronunciaremos na ocasião que julgarmos oportunas, convenientes, quando sentirmos seja para o bem do povo.

Nossas tropas e nossos companheiros hão de marchar por entre as águas Mar Vermelho, embora fervilhem em torno deles as ondas que se elevarem; e hão de chegar ao outro lado perfeitamente inatingíveis, porque conduziremos conosco uma legenda formidável, um escudo que é o pátio de todas as nossas vitórias — a fé no Brasil e a segurança de estarmos cumprindo um programa legítimo, são, honesto.

Podem ainda, Sr. Presidente, nessa nossa determinação, nesse nosso desejo de continuar lutando por alguma coisa quase que imaterial, enquanto outros vêm e buscam o material, quando todos querem os cargos e as posições dos quais abrimos mão, quando todos querem impor princípios e nós apenas defendemos princípios, podem até nos apresentar como loucos, e comparar-nos ao da velha lenda cristã, que trouxe ao seu supulcro a vela acesa para com ela acender o cirio de Florença; pode ser, também, Sr. Presidente, que nos vejam como aquele pobre louco de Rabindranath Tagore que na praia caminhava de um lado para outro, suarento, desgrenhado, até que, em determinado momento, um menino lhe disse: quem transformou em ouro a sua corrente de ferro? Então olhou e achou que, realmente, havia ocorrido a transformação. E ele que tinha o hábito de apanhitar pedrinhas e com elas friccionar seu cinto e sua corrente, começou a voltar, a seguir novamente pela praia, à procura de pedra filosofal, até que, à tarde, quando o sol, cobrindo de ouro todo o céu, fôr deitar-se no oceano, ele ainda ali se encontrava com o coração ao solo, como uma árvore arrancada pela raiz.

Sr. Presidente, o que queremos é exatamente isso, que nos deixem escolher o nosso candidato quando assim o entendermos, quando o quisermos; permitam que fiquemos em nosso tugúrio, lutando, sempre e sempre, pela descoberta da pedra filosofal, que dará bem estar ao povo e promoverá a grandeza do Brasil. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O Sr. Othon Müder (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Estado do Paraná é daqueles que pouco, ou quase nada, pedem à União. Seu desejo é contribuir, cada vez mais, para o enriquecimento do país. E tanto assim é que estamos recebendo, de todas as partes do meu Estado, pedidos para que nos interessemos junto às autoridades da União no sentido de que as coletorias federais naquele Estado e as repartições do Correio sejam providas de selo adesivo e selo postal em quantidade suficiente para atender à grande procura.

Recebi telegramas, de Ponta Grossa, dizendo que, naquela cidade, se faz sentir absoluta falta de selos de pequeno valor, o que acarreta sérias dificuldades ao comércio e aqueles que são obrigados a utilizar selos adesivos.

De outras partes também me foram enviados telegramas. A Associação Comercial do Paraná, através do seu presidente, reclama mais uma vez a necessidade da repartição dos Correios ser provida de um estoque suficiente de selos, pois não são eles encontrados nem no Correio de Curitiba nem no interior.

Dai, Sr. Presidente, minha presença nesta tribuna para transmitir o pedido de meus conterrâneos no sentido de que as Coletorias e as repartições dos Correios do Paraná tenham suficiente estoque de selos.

Essa reclamação que faço e o pedido que endereço, não só ao Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos como, também, ao Departamento competente do Ministério da Fazenda. O Paraná não deseja outra coisa senão contribuir para aumentar cada vez mais a renda da União naquele Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Havendo desistido da palavra o nobre Senador Lourival Fontes, deu-a ao nobre Senador Guilherme Malaguias. (Pausa).

Não se achando no recinto o nobre Senador Guilherme Malaguias, continua livre a palavra ao Senador que dela quiser fazer uso.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, no dia 10 do mês próximo passado, tive ensejo de apresentar ao Senado um requerimento de informações, que deveria ser encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim obter esclarecimentos do Banco do Brasil sobre o novo regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Indagava-se, também, das razões pelas quais não haviam sido ainda postos em execução determinados dispositivos, especialmente os relacionados com a instalação de escritórios do Banco do Brasil nos municípios onde até agora não existem agências.

Sr. Presidente, são decorridos pertinho de vinte e cinco dias, e ainda não chegaram as informações. Para que não atinja o prazo máximo de trinta dias, aproveito a oportunidade para consignar a advertência: A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil ainda não enviou as informações pedidas.

Estas, Sr. Presidente, as declarações que desejava fazer ao Senado.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, estando aí pauta, no momento, justamente a questão do preço da gasolina, venho alertar o Senado sobre projeto ora em fase final, na Câmara dos Deputados, relativo à unificação dos preços de combustíveis líquidos em todo o território nacional, e sobre as consequências diretas, para o interior do País, do aumento presentemente decretado no preço da gasolina, que poderá afetar para algumas zonas de produção do Brasil.

Saliento a oportunidade do projeto referente à unificação dos preços de combustíveis líquidos, que tanta celeridade vem causando. O interior do país não poderá resistir ao impacto dos aumentos ora previstos, que farão sentir de maneira excepcionalmente grave em relação a que vivem produzindo e lutando no interior.

Assim, peço a atenção do Senado para a próxima tramitação nesta Casa, desse projeto de unificação de preços de combustíveis líquidos que poderá servir de balizamento, e, também, de elemento de justiça e cooperação para os que labutam e produzem no interior de nosso país. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais quem faça uso da palavra, vou encerrar a sessão.

Antes, porém, devendo encerrar-se hoje a presente Sessão Extraordinária, o Sr. 1º Secretário procederá à leitura da resenha dos trabalhos desta Casa, neste período.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Sobre os trabalhos do Senado, na 1ª sessão legislativa extraordinária da 3ª legislatura (de 7 de fevereiro a 9 de março de 1955),

apresentado no ato do encerramento da mesma sessão legislativa, pelo Senador Nereu Ramos, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Senhores Senadores:

Em obediência à praxe vigente, trago ao conhecimento do Senado a resenha dos trabalhos desta Casa na sessão legislativa compreendida entre

7 de fevereiro e 9 de março do ano em curso.

INÍCIO DA LEGISLATURA

A 1º de fevereiro teve início o prazo da terceira legislatura do Congresso Nacional no regime instituído pela Constituição de 1946.

A Resolução n.º 39 de 1954, previra que, no ano inicial da legislatura, o Senado se reunisse em sessões preparatórias a partir de 1º de fevereiro, para a posse dos novos Senadores, entrando depois em recesso até 15 de março, data da instalação da primeira sessão legislativa ordinária.

A superveniente da convocação, feita nos termos do art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, deu motivo a que se iniciasse em sessão extraordinária a atividade do Congresso nesta legislatura.

A 31 de janeiro havia terminado o mandato de 42 Senadores. No pleito realizado a 3 de outubro de 1954 para preenchimento dessas cadeiras, cito dos seus então ocupantes tiveram renovada a representação dos respectivos Estados nesta Casa, os Srs. Senadores Álvaro Adolfo e Magalhães Barata, pelo Pará; Victorino Freire, pelo Maranhão; Matias Olímpio, pelo Piauí; Georgino Avelino, pelo Rio Grande do Norte; Novais Filho, por Pernambuco; Atílio Vivacqua, pelo Espírito Santo e João Vilasboas, por Mato Grosso.

Na reunião preparatória de 1º de fevereiro foram empossados os Senhores Senadores:

Amazonas:

Antônio Rodrigues Mourão Vieira.
Leopoldo Tavares da Cunha Melo.

Pará:

Álvaro Adolfo da Silveira.

Maranhão:

Sebastião Archer da Silva.
Victorino de Brito Freire.

Piauí:

Leônidas de Castro Melo.
Matias Olímpio de Melo.

Ceará:

José Parsifal Barroso.
Manoel do Nascimento Fernandes Távora.

Rio Grande do Norte:

Dinarte de Medeiros Mariz.
Georgino Avelino.

Paraíba:

João Cavalcanti de Arruda.

Pernambuco:

Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão.

Antônio Novais Filho.

Alagoas:

Antônio de Freitas Cavalcanti.
Ruy Soares Palmeira.

Sergipe:

Augusto Maynard Gomes.
Lourival Fontes.

Bahia:

João de Lima Teixeira.
Juracy Montenegro Magalhães.

Espírito Santo:

Ary de Siqueira Vianna.

Rio de Janeiro:

Paulo da Silva Fernandes.

Tarcisio d'Almeida Miranda.

Distrito Federal:

Aguinaldo Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.

São Paulo:

Auro Soares de Moura Andrade.

Juvenal Lino de Mattos.

Paraná:

Alô Ticoulat Guimarães.

Moisés Lupion.

Santa Catarina:

Nereu de Oliveira Ruias.

Saulo Saul Ramos.

Rio Grande do Sul:

Armando Pereira da Câmara.

Daniel Krieger.

Minas Gerais:

Benedicto Valadares Ribeiro.

Carlos Alberto Lúcio Bittencourt.

Mato Grosso:

Filinto Müller.

João Vilasboas.

Goiás:

Jérônimo Coimbra Bueno.

Pedro Ludovico Teixeira.

Em datas posteriores se verificou a posse dos demais eleitos a 3 de outubro do ano passado, a saber:

Magalhães Barata — 11-2-55.

Atílio Vivacqua — 2-2-55.

Argemiro Figueiredo — 8-2-55.

A 2 de fevereiro, ainda em reunião preparatória, de acordo com a Resolução n.º 39, de 1954, se procedeu à eleição da Mesa.

INSTALAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINARIA

Publicados os atos convocatórios no Diário do Congresso Nacional nos dias 4 e 5 de fevereiro e encaminhados ao Senado pelo Presidente da Câmara dos Deputados com o ofício de 3 de fevereiro, realizou-se a 7 de fevereiro a sessão conjunta da instalação da sessão legislativa extraordinária assim convocada, passando as duas Casas do Congresso Nacional a funcionar isoladamente a partir do dia seguinte.

SESSÕES REALIZADAS

Foram em nº de 14 as sessões do plenário, todas em dias de funcionamento normal do Senado e à hora regimental. Não houve sessões extraordinárias.

COMISSÕES PERMANENTES

A circunstância de se tratar de sessão legislativa inicial de legislatura tornou necessária a recomposição das Comissões Permanentes, que haviam ficado desfalcadas da maioria dos seus membros.

Essa providência foi tomada de acordo com as normas estabelecidas no art. 60 e seu § 1º do Regimento, por meio de indicações feitas pelos líderes dos partidos com representação nesta Casa, dadas a conhecer pela Mesa na sessão de 10 de fevereiro.

TRABALHO PRODUZIDO**Atividade Legislativa**

Teve início no Senado um projeto de lei, que ainda permanece em estudo.

De sessões legislativas anteriores, originárias do Senado, tiveram andamento e foram ultimados 312 pela aprovação em 2.º discussão e 1 pela rejeição). Continuam em estudo 138.

Da Câmara dos Deputados foram recebidos 14 projetos de leis, encaminhados ao exame das Comissões. De sessões legislativas passadas foram apreciados pelo plenário 12 sendo ultimados 11 (8 pela aprovação definitiva e 3 pela aprovação com emendas).

Chegou ao Senado, no mesmo período, 1 projeto de decreto legislativo procedente da outra Casa do Congresso. De proposições dessa natureza receberadas anteriormente 3 foram apreciadas e aprovadas.

Os projetos ultimados foram os seguintes:

Do Senado (remetidos à Câmara):

11-54 — Dá normas ao gênero dos nomes designativos das funções públicas;

60-54 — Dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância.

Da Câmara:

1) — aprovados e encaminhados à sanção:

246-53 — Modifica o parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei n.º 5.087, de 14 de dezembro de 1942, que dispõe sobre a cobrança de prêmios pela Caixa de Assistência e Pensões de Serviços Aéreos e Telecomunicações em sua Carteira de Acidentes do Trabalho;

173-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Cia. Nacional de Navegação Costeira;

176-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devido aos municípios e referente ao exercício de 1953;

177-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 23.523,50, destinado a ocorrer a despesas com o pagamento de salários-família, ajudas de custo, vencimentos, etc.;

210-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial até o limite de Cr\$... 94.000,00 destinado ao pagamento das despesas provenientes de substituições do pessoal do mesmo Tribunal;

215-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Nova Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul;

245-54 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

1-55 — Modifica o art. 1º da Lei n.º 1.122, de 3 de junho de 1950, que concedeu pensão especial a Georgina Precht, viúva de Eugênio Precht,

2) — devolvidos com emendas do Senado:

29-51 — Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências;

254-52 — Fixa a composição da reserva do Exército;

239-54 — Concede franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil; da União Geográfica Internacional e dá outras providências.

ATIVIDADE FISCALIZADORA

Registraram-se 4 requerimentos de informações, assim discriminados:

78-55 — do Senador Lima Teixeira ao Presidente do Banco do Brasil, sobre a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

88-55 — do Senador Lúcio Bittencourt ao Ministro das Relações Exteriores, sobre compromisso assumido pelo Governo brasileiro a respeito da presidência da Corte Internacional de Justiça na eleição do Sr. Levi Carneiro;

91-55 — do Senador Mourão Vieira ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o montante dos lucros das companhias fabricantes de artefatos de borracha, desde que entrou em vigor a Lei que determinou a aplicação de 20% des-

ses lucros no plantio da seringueira no Brasil;

91-55 — do Senador Ezequias da Rocha sobre terrenos de marinha;

92-55 — Do Senador Mourão Vieira ao Sr. Ministro da Agricultura sobre as plantações de seringueiras efetuadas na vigência da Lei que manda aplicar 20% dos lucros das companhias fabricantes de artefatos de borracha, em território nacional.

COLABORAÇÃO COM O EXECUTIVO NA ESCOLHA DE AUTORIDADES

Deu o Senado o seu assentimento à escolha do diplomata João Luís de Guimarães Gomes para o cargo de

deputado federal de São Paulo, para o cargo de Chefe da Missão diplomática perma-

nente do Brasil junto ao Governo do Paquistão.

ATOS LEGISLATIVOS SANCIONADOS E PROMULGADOS

Nesta sessão legislativa foram remetidos à Presidência da República, 8 projetos, dos quais já foram sancionados, 4.

Pelo Presidente, em exercício, do Senado, foram promulgados 17 decretos legislativos, todos votados na sessão legislativa anterior.

TRABALHO DAS COMISSÕES

A colaboração prestada pelas Comissões para o estudo das proposições submetidas à deliberação do Senado pode ser assim sintetizado:

Comissões	Reuniões	PROJETOS		Diligências	Ofícios
		Distribuídos	Relatados		
Constituição e Justiça	2	111	--		
Diretora	--	--	--		
Economia	2	23	2		
Educação e Cultura	1	--	--		
Serviço Público Civil	1	15	--		
Redação	3	--	76		
Saúde Pública	1	6	--		
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	1	--	--		
Finanças	3	184	25	6	
Legislação Social	1	16	--		
Relações Exteriores	3	11	--		1
Segurança Nacional	1	12	--		

Serviços auxiliares

A estatística da atividade dos serviços auxiliares registrou o seguinte:

Secretaria Geral da Presidência

Mensagens	13
Ofícios	5
Telegramas	1.011
Cartas	29
Stencils	20

Diretoria do Arquivo

Documentos arquivados

Projetos (originais)	93
Avulso	12.600
Órgãos oficiais	1.100

Requisições atendidas

Projetos (originais)	3
Avulso	215
Órgãos oficiais	54

Diretoria da Ata

Atas impressas

Do Senado	7
Do Congresso	2

Atas dactilografadas

Do Senado	8
Avulso impressos	121

Diretoria da biblioteca

Aquisições	—
Por compra	150

Movimento de consultas

Requisições atendidas	41
Livros emprestados	25

Livros consultados na Biblioteca	46
	71

Diário Oficial, Justiça, Congresso Nacional

e Volumes de Leis

Empréstimos	45
Consultas na Biblioteca	57
	102

Volumes	173
	173

Assuntos mais procurados

Legislação	102
Direito-Constitucional	16
Direito Civil	14
Direito em Geral	25
Assuntos diversos	16

173

	173
	173

Trabalhos de conservação

Foram expurgados	1.198
Foram restaurados e lavadas páginas de 8 das obras raras que estão sendo selecionadas.	
Construção de um aparelho para preparo de água clorada a ser usada na lavagem de livros.	

	1.198
	1.198

Diretoria do Expediente

1 — Seção do Expediente	47
Mensagens	135
Ofícios	147

147

Autógrafos	147
	147

2 — Seção do Protocolo	59
Mensagens recebidas	13
Ofícios recebidos	6

6

Informações	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6
	6

	6

<tbl_r cells="2" ix="1

Diretoria de Contabilidade

Folhas de pagamento	119
Envelopes para pagamento	278
Chéques para pagamento	263
Certidões	19
Averbações de empréstimos	24
Escrituração no Livro-Folha de pagamento	326
Requerimentos	33
Ofícios:	
Recebidos	3
Expeditos	6
Portarias	19
Balancetes extraídos	2
Orçamentos	3
Faturas conferidas e processadas	29
Comprovantes de despesas lançadas	37

Diretoria do Pessoal

Publicações diversas	48
Comunicações	6
Listas de antiguidade fornecidas	3
Anotações diversas	145
Informações	16

Diretoria da Taquigrafia

Discursos proferidos na presente sessão legislativa:

Discursos	Número	Discursos	Número
Amazonas		Rio de Janeiro	1
Vivaldo Lima	1	Paulo Fernandes	2
Mourão Vieira	1	Distrito Federal	
Pará		Guilherme Malaquias	5
Alvaro Adolfo	1	Caíad de Castro	1
Ceará		Gilberto Marinho	1
Onofre Gomes	2	Minas Gerais	
Fernandes Távora	1	Lúcio Bittencourt	4
Rio Grande do Norte		São Paulo	
Kerginaldo Cavalcanti	2	Lino de Matos	1
Paraíba		Goiás	
Rui Carneiro	1	Domingos Velasco	4
Argemiro de Figueiredo	2	Coimbra Bueno	2
Pernambuco		Pedro Ludovico	1
Apolônio Sales	3	Mato Grosso	
Alagoas		João Vilasbôas	1
Freitas Cavalcanti	1	Paraná	
Rui Palmeira	1	Oton Mäder	1
Ezequias da Rocha	1	Santa Catarina	
Sergipe		Gomes de Oliveira	2
Lourival Fontes	1	Nereu Ramos	3
Bahia		Saulo Ramos	1
Juraci Magalhães	3	Rio Grande do Sul	
Lima Teixeira	3	Daniel Krieger	1
Espírito Santo			
Arl Viana	1		

Vagas e Substituições

Continua vaga uma das cadeiras da representação maranhense, pela renúncia, na sessão anterior, do Senhor Senador Antônio Baima e seu suplente.

Em 12-2-1955 foram concedidos ao Sr. Senador Auro de Moura Andrade 25 dias de licença, tendo sido convocado para substituí-lo o seu suplente, Sr. Paulo Abreu, que prestou compromisso em 15 de fevereiro.

Autorizado pelo Senado (Resolução n.º 6-55), recebeu o Sr. Senador

Missões no Estrangeiro

Acha-se ausente do país, participando da Conferência Internacional de Investimentos, em Nova Orleans, Estados Unidos da América, o Senhor Senador Atílio Vivaqua. De conformidade com o disposto na Resolução n.º 5 de 1955, Sua Excelência foi portador de mensagem de apreço desta Casa ao Senado norte-americano.

No final desta sessão legislativa foram recebidos mais dois vetos, cuja apreciação ficou para a sessão seguinte, pela impossibilidade de fazer

Bernardes Filho a honrosa incumbência de chefiar a delegação do Brasil à posse do Conselho do Governo da República Oriental do Uruguai.

Comemorações

Por proposta do Sr. Senador Gilberto Marinho, foi inserido em ato voto de congratulações do Senado pelo transcurso do 75.º aniversário do Deputado Flores da Cunha, 1.º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Registro de Pesar

O falecimento dos Dds. Pedro Guedes Chermont de Miranda, é Luiz Silveira antigos membros da Câmara dos Deputados, foi registrado no Senado com voto de passar proposta pelos Srs. Senadores Alvaro Adolfo, Ezequias da Rocha, respectivamente.

Resoluções Promulgadas

Foram as seguintes as resoluções promulgadas pelo Vice-Presidente do Senado no exercício da Presidência: N.º 5, de 1955 — concede licença ao Senador Atílio Vivaqua para participar da Conferência Inter-americana de Investimentos a realizar-se em Nova Orleans, em fevereiro próximo.

N.º 6, de 1955 — que concede ao Senador Bernardo Filho licença para chefiar a Embaixada especial que representará o governo brasileiro na posse do Conselho do Governo da República Oriental do Uruguai.

Sessões Conjuntas

Concorreu o Senado para a realização de 4 sessões conjuntas do Congresso Nacional, sendo: uma, para instalação da sessão legislativa, a 7 de fevereiro; três para apreciação de vetos presidenciais (a 1.º, 3 e 8 de março).

Vetos Presidenciais

Pelo Congresso Nacional foram apreciados três vetos presidenciais, a saber:

— ao Projeto de Lei n.º 3.066, de 1953, na Câmara, e n.º 48, de 1954, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização da 1.ª Exposição Agro-Avicola, no Município de Canoinhas, Santa Catarina;

— ao Projeto de Lei n.º 265, de 1950, na Câmara dos Deputados e n.º 46, de 1951, no Senado Federal, que cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica;

— ao Projeto de Lei n.º 3.808, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 25, de 1955, no Senado Federal, que modifica a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, referente ao Corpo de Saúde do Exército, na parte relativa ao Quadro de Oficiais Dentistas.

Os dois primeiros que haviam ficado da sessão legislativa anterior eram totais. O último, parcial, abrangendo dois dispositivos.

O Congresso Nacional houve por bem manter o primeiro projeto, que, promulgado pelo Presidente da República, passou a constituir a Lei número 3.426, de 3 do corrente, rejeitando o segundo e os dispositivos vetados do terceiro.

No final desta sessão legislativa foram recebidos mais dois vetos, cuja apreciação ficou para a sessão seguinte, pela impossibilidade de fazer

se a convocação da sessão conjunta com observância do prazo estabelecido no art. 45 do Regimento Comum

Reorganizações dos Serviços do Senado

Promulgada no último dia da legislatura anterior a Resolução número 4, de 1955, que reestruturou os serviços auxiliares do Senado, esta sendo feita com o devido cuidado, sob a supervisão do Sr. 1.º Secretário, a implantação dos novos serviços.

São esses, Srs. Senadores, os registros que nos pareceu oportuno submeter à consideração da Casa no ato de se encerrar a presente sessão legislativa.

O SR. PRESIDENTE:

Como sabem os Ers. Senadores, a ita desta sessão precisa ser negada, mesma sessão aprovada, e assim, suspendo a sessão por dez minutos, para que seja providenciada a sua lavratura.

Rego aos Srs. Senadores que não se retirem da Casa.

(Suspende-se a sessão às 17 hs., e 25 minutos, reabindo-se às 17 hs. e 30 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está re-aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata. E' lida e aprovada sem debate a ata.

O SR. PRESIDENTE:

Declaro encerrada a 1.ª Sessão Legislativa Extraordinária da 3.ª Convocada os Senhores Senadores para a Sessão solene de instalação da 3.ª legislatura ordinária, a realizar-se no dia 15 do corrente, no edifício da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos).

TRECHO DO DISCURSO DO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA DE 7 DE MARÇO DE 1955 MA PRONUNCIANDO NA SÉQUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM ICORREÇÕES.

O SR. VIVALDO LIMA — Podemos fornecer plantas ornamentais sem nenhum prejuízo para nosso país.

O Sr. Juracy Magalhães — Raras são as árvores nativas do Brasil que integraram nossa pauta de exportação. Essenciais à riqueza do Brasil que integram nossa pauta de exportação. Essenciais à riqueza do Brasil que integram nossa pauta de exportação. Essenciais à riqueza do Brasil que integram nossa pauta de exportação. Essenciais à riqueza do Brasil que integram nossa pauta de exportação.

O SR. VIVALDO LIMA — Desde que não faltam à nossa economia, a fim de que não agravem a situação deficitária do país com importações.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Excelência não tem razão. Nossa produção é insuficiente para o consumo interno.

O SR. VIVALDO LIMA — Porque não houve incremento da produção.

O Sr. Juracy Magalhães — Costa Rica disputa conosco um lugar no mercado internacional. Se não produzimos borracha o suficiente para o consumo interno, que perigo há nesse fato?

O SR. VIVALDO LIMA — Não produzimos borracha suficiente para as nossas necessidades, porque não se fomentou a plantação junto aos seringalistas.

RESENHA DOS DISCURSOS PRO-NUNCIADOS NO MÊS DE FEVEREIRO.

Apólenio Sales:

— Em 10 aplaude as medidas a que se refere a Instrução n.º 114 da Superintendência da Moeda e do Crédito (DCN. 16-2-55).

— Em 28 presta solidariedade, em nome de sua bancada, ao Vice-Presidente da Casa, em virtude de sua renúncia ao mesmo cargo (DCN. 1 de março de 1955).

Argemiro Figueiredo:

— Em 14 focaliza o momento político atual (DCN 15-2-55).

Calado de Castro:

— Em 28 tece considerações sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 74-53, (sobre a exata aplicação do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) (DCN. 1 de março de 1955).

Cinabria Bueno:

— Em 14 tece considerações sobre a mudança da Capital da República para o Planalto Goiano (DCN. 15-2-55).

Domingos Velasco:

— Em 15 encaminha a votação e fala, pela ordem, a respeito do Requerimento n.º 80-55, que pede adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 74-54. (DCN. 16-2-55)

— Em 17 tece comentários sobre o discurso do ex-Ministro Seabra Fagundes na posse do novo Ministro da Justiça, Sr. Marcondes Filho, justificando o seu ponto de vista em relação à política de seu Partido. (DCN. 18 de fevereiro de 1955).

— Em 28 protesta contra a renúncia do Sr. Nereu Ramos à Vice-Presidência do Senado. (DCN. 1-3-55).

Gomes de Oliveira:

— Em 10 sustenta a tese da União Nacional em relação ao problema da sucessão presidencial. (DCN. 11-2-55).

— Em 17 faz declaração de voto sobre o Requerimento n.º 84-55. (DCN. 18-2-55).

— Em 28 dirige apelo ao Sr. Nereu Ramos para que se manifeste sobre o seu requerimento de renúncia, retendo o mesmo em virtude da solidariedade dos líderes dos diversos Partidos. (DCN. 1-3-55).

Guilherme Malaquias:

— Em 8 tece considerações sobre o alto custo de vida e a fixação do salário mínimo, reiterando apelo ao Governo no sentido da melhoria do mesmo (DCN. 9-2-55).

— Em 9 ocupa-se dos problemas de previdência social, apelando para o SESC e SESI no sentido de modificarem e atualizarem os órgãos sob suas responsabilidades. (DeCN 10-2-55).

— Em 10 protesta contra o fechamento do restaurante dos estudantes, determinado pelo Diretor do SAEPS. (DCN. 11-2-55).

— Em 11 felicita o Sr. Presidente da República pela nomeação do Sr. Marcondes Filho para o Ministério da Justiça. (DCN. 12-2-55).

Juracy Magalhães:

— Em 28, em virtude da renúncia do Sr. Nereu Ramos à Vice-Presidência do Senado, manifesta confiança de seu Partido a fim de que o mesmo Sr. Senador continue exercendo aquele cargo. (DCN. 1-3-55).

Lima Teixeira:

— Em 9 presta homenagem ao ex-Senador Aloísio de Carvalho e expõe seu ponto de vista sobre os problemas agrários. (DCN. 10-2-55).

— Em 14 critica o regulamento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. (DCN. 15-2-55).

Síno de Matos:

— Em 15 focaliza o problema da economia cafeeira. (DCN. 16-2-55).

Lucio Bittencourt:

— Em 28 presta solidariedade, em nome do PTB, ao Vice-Presidente do Senado, em virtude de sua renúncia ao cargo. Na mesma data, encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 176-54. (DCN. 1-3-55).

Nereu Ramos:

— Em 2 agradece a honra de ter sido eleito Vice-Presidente do Senado e procede aos trabalhos da Mesa. (DCN. 3-2-55).

— Em 23 renuncia ao mandato de Vice-Presidente do Senado, retirando logo seu requerimento, em virtude das manifestações de solidariedade dos líderes dos diversos Partidos desta Casa (DCN. 1-3-55).

Onofre Gomes:

— Em 16 focaliza os problemas econômicos detendo-se particularmente no caso do café. (DCN. 17-2-55).

— Em 28 comenta telegrama da Associação Comercial do Ceará sobre o preço da gasolina. (DCN. 5-3-55).

Paulo Fernandes:

— Em 8 lê o manifesto dos estudantes, aprovado pelo Conselho Nacional da UNE protestando contra a suspensão do festival a se realizar em São Paulo. (DCN. 9-2-55).

— Em 12 congratula-se com o PSD comemorando, em seguida, a carta do Sr. Juscelino Kubitscheck aos convençãoistas daquela agremiação. (DCN. 12-2-55).

Pedro Ludovico:

— Em 9 discorre sobre o pleito de outubro último em Goiás. (DCN. 10 de fevereiro de 1955).

Ruy Carneiro:

— Em 28 congratula-se por não ter sido aceita a renúncia do Sr. Nereu Ramos à Vice-Presidência do Senado. (DCN. 1-3-55).

Saulo Ramos:

— Em 15 solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 201-52. (DCN. 16-2-55).

Resenha dos Discursos pronunciados no mês de fevereiro.

A sanção:

Projeto de Lei da Câmara n.º 173, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Cia. Nacional de Navegação Costeira.

Projeto de Lei da Câmara n.º 177, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 33.523.00, destinado a ocorrer a despesas com o pagamento de salário-família, ajudas de custo, vencimentos etc.

Projeto de Lei da Câmara n.º 215, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Lei da Câmara n.º 245, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

Projeto de Lei da Câmara n.º 11, de 1955, que modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.122, de 3-6-1950, que concedeu pensão a Georgina Renner Precht viúva de Eugênio Precht.

Projeto de Lei da Câmara n.º 176, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda aos municípios e referente ao exercício de 1953.

A promulgação:

Projeto de Resolução n.º 4, de 1955, que concede licença ao Sr. Senador Artur Bernardes Filho para chefiar a Embaixada especial que representará o Governo brasileiro na posse do Conselho de Governo da República Oriental do Uruguai.

A Comissão de Redação:

Projeto de Decreto Legislativo número 31, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Telêmaco Coriolano Pompei, para a exploração, mediante arrendamento, da usina do preparo de café constituída pelo mesmo Ministério, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1954, que dá normas ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1954, que concede franquia postal e telegráfica a correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara n.º 254, de 1952, que fixa a composição da Reserva do Exército.

Aprovados:

(Em 1.ª discussão)

Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 1954, que dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância.

Rejeitados:

Projeto de Decreto Legislativo número 39, de 1954, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e o Serviço Social da Indústria, pelo Serviço de Casas Prefabricadas (SECAP), para construção de uma residência "Durabrix", para o Serviço de Assistência Social.

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Em cumprimento ao disposto nos artigos 44 e 50 da Resolução n.º 4, de 1 de fevereiro de 1955, resolveu a Comissão Diretora, em reunião de 9 de corrente, proceder ao enquadramento dos funcionários da Secretaria do Senado da seguinte forma:

CARREIRA DE OFICIAL LEGISLATIVO

Nível 15

Julieta Galathéa de Novaes.

Dulce Barbosa da Cruz.

Ari Kerner Veiga de Castro.

Aurora de Sousa Costa.

Maria Tavares Barreto Coelho.

Amélia da Costa Côrtes.

Rubens Pinto Duarte.

Clarice Sobral R. Gonçalves.

Nível 14

Julietta Ribeiro dos Santos.

Edith Balassim.

Aroldo Moreira.

Paulo Lisboa Barkosa.

Itália Cruz Alves.

Aurea de Barros Rêgo.

José Geraldo da Cunha.

Miécimo dos Santos Andrade.

Aderbal Távora de Albuquerque..

Nível 13

Arlete de Medeiros Alvim.

Francisco Soares Arruda.

Elza José Muniz de Melo.

Eurico Costa Macêdo.

João Alfredo Rávaco de Andrade.

Irene Macedo Ludolf

Nair Brown.

Dinorá Correia de Sá.

Nair Cardoso.

Gilda Leal Costa.

Nível 12

Arlete Bretas do Nascimento.

Maria do Carino R. Ribeiro Saraiva.

Ronilda Duarte.

Marina Pinto Amando.

Claudia Adda Passerini.

Erzila Luiza de Sousa Mendonça.

Cirene de Freitas Ferreira.

Leopoldina Ferreira Neves.

Marieta Jac de Oliveira.

Luis do Nascimento Monteiro.

Nível 11 (*)

Marion Austregésilo de Ataide.

Stela Reis de Mendonça.

Amélia de Figueiredo Melo Viana.

Elza Gallotti Schroeder.

Benedita Pinto Arruda.

Isnard Sarres de A. Melo.

Maria de Maracajá Daltro.

Almerinda Viana Baker.

Adalgisa de Vasconcelos G. Lima.

Eulália Chrochatt de Sá.

Renato de Almeida Chermont.

José Soares de Oliveira Filho.

Armandina José Vargas.

Elza Flores da Silva.

Lia Pederneiras de Faria.

Natércia Silva de Sá Leitão.

Cecília Braconi e Castro.

Rosa Batista de Miranda.

Diva Gallotti.

Cecília de Rezende Martins.

Alva Lírio Rodrigues.

Georgeta Kuntz.

Léia José da Silva Pinheiro.

Helena Salvo Lagoeiro.

Luzia Jeanne M. Lisboa Ronchez.

João Batista Castejon Branco.

Bibiana Ferreira de Paula.

Ili Braga Rodrigues.

(*) 35 são considerados excedentes no Nível.

Miriam Côrtes Greig.
 Edson Ferreira Afonso.
 Deolinda Maria Peixoto Brega.
 Ercilia Cruz da Fonseca.
 Ana Augusta D. da C. Amazonas
 Pedro de Carvalho Muller.
 Maria Rita Batista Dutra.
 Lia Henriques Fernandes.
 Leileh de G. Cardoso Torres.
 Dirno Jurandir Pires Ferreira.
 Ivone Régo de Miranda.
 Neuza Rita Perácio Monteiro.
 Carlos Gustavo Schmidt Nabuco.
 Elza Alves Tavares.
 Adahy Barborema de Castro.
 Eleonina Martinez Silva.
 Jorge de Oliveira Nunes.
 Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
 Rainhunda Pompeu de S. Magalhães.
 Maria Luitza Müller de Almeida.
 Lia Oscar da Cunha.

Francisco de Assis Ribeiro.
 Durval Sampaio Filho.
 Odeneque Gonçalves Leite.
 Rui Ribeiro Cardoso.
 Lêda Fialho da Silva.
 Ecla da Cunha Brêa.
 Carmen Lúcia de H. Cavalcanti.
 Eurico Jaci Auler.
 Maria Cherubina Costa.
 Sebastião Veiga.
 Branca Lírio Lima.
 Mari de Faria Albuquerque.
 Célia Tereza Assunção.
 Romildo Fernandes Gurgel.
 Manuel Viríssimo Ramos.
 Cláudio Ideburque C. Leal Neto.

CARREIRA DE TAQUIGRAFO

NIVEL 15

Alcinda Trivelino.
 Elena Simas.

Laura Bandeira Acioli.
 Laura Bandeira Acioli.
 Eth Vieira Kritz.
 Terezinha de Melo Bobant

NIVEL 14

Maria dos Santos C. de Casurdi.
 Vera Moreira Ericson.
 Joaquim Correia de Oliveira Andrade.
 Antônio Guimarães Santos.
 Beatriz Brandão Brigido.
 Irene Stela Homem da Costa.

NIVEL 13

Julieta Lovatini.
 Maria Reis Josetti.
 Maria Tereza Fernandes Andrade.
 José Euvaldo Peixoto.
 Dalva Ribeiro Vieira.
 Celina Ferreira Franco.

NIVEL 12

Acy Fanaia de Arruda.
 Aurea Diniz Gonçalves.

Maria Aparecida J. Silveira Reis.
 Elza Freitas Portal e Silva.
 Secretaria do Senado Federal, em 9 de março de 1955.

ATOS DO SR. DIRETOR GERAL

O Sr. Diretor Geral tendo em vista o pedido de reconsideração de despedida solicitá-lo por Aristóteles Belchior n.º 6, de 3 de fevereiro próximo Classe "I," e de acordo com a intenção atribuições, resolve transferir Elza ficio, resolve tornar sem efeito a Portaria n.º 6, de 3 de fevereiro próximo passado, que determinou sua suspensão por dois (2) dias.

PORTARIA N.º 27 DE 8 DE MARÇO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir Elza Gallotti Schroeder, Oficial Legislativo, Classe K, da Diretoria de Contabilidade a da Ata.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de março de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.